

PREGÃO ELETRÔNICO

90001/2026

CONTRATANTE (UASG)

240104

OBJETO

Contratação de serviços contínuos de Limpeza e Conservação a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com fornecimento de materiais, uniformes, utensílios, equipamentos e EPI's conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 9.088.783,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03.03.26. às 09:00h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço Global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

Sim

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

Não



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

MINUTA DE EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Instituto Nacional de Tecnologia

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026 Processo Administrativo nº 01240.000092/2025-24

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) Instituto Nacional de Tecnologia , por meio do(a) Setor de Pregão , sediado(a) Avenida Venezuela, 82, 82, bairro Saúde, na cidade de Rio de Janeiro/RJ , CEP 20081-31, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 03/03/2026

Hora Inicial : 09:00

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviços contínuos de Limpeza e Conservação a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com fornecimento de materiais, uniformes, utensílios, equipamentos e EPI's conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 2 (dois) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer Proposta para todos os itens que o compõe.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a

responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.5. e 2.7.6. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.12. O disposto nos itens 2.7.5. e 2.7.6. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.14. A vedação de que trata o item 2.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOS

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, ou empresa de pequeno porte.

4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

4.6.1. A falsidade da declaração de que trata o item 4.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total do item

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 5.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 5.14. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.
- 6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação .
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas brasileiras;

6.20.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidoneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

7.1.4. Lista de Licitantes Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União;

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na [Lei nº 8.429, de 1992](#), também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.2.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.5. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.5.1. CCT 2025/2026 firmado entre o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº34.037.150/0001-91 e o Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº34.273.029/0001-69

7.5.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.14.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.14.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.14.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado;

7.14.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;

7.15. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.16. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.17. O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo 2 horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022

7.18. O Pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.19. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por email: pregao.eletronico@int.gov.br

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.11. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por email: Luciano.migon@int.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.12. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.13. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.14. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.14.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.15. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.16. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.15.1., poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas , para:

8.17.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.17.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.17.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.18. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.15.1.

8.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2. e 9.3. poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9.7. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

9.8. Considerando que a presente contratação possui quantitativo inferior a vinte e cinco colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, no percentual de 0 %.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/int/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregao-eletronico> .

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis,

contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Email – pregao.eletronico@int.gov.br

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/int/pt-br/aceso-a-informacoes/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregao-eletronico> .

13.11. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade do Rio de Janeiro - Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência.

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

13.11.2. ANEXO II - Declaração de Responsabilidade pelo enquadramento sindical

13.11.2. ANEXO III – Minuta de Contrato.

Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 2026.

MARCIA GOMES DE

OLIVEIRA:03754748700

Assinado de forma digital por

MARCIA GOMES DE

OLIVEIRA:03754748700

Dados: 2026.02.12 14:15:24 -03'00'

Marcia Gomes de Oliveira
Diretora do Instituto Nacional de Tecnologia

AGU - Advocacia Geral da União / CGU - Consultoria-Geral da União / Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Atualização: ABR/2025

Edital modelo para Pregão Eletrônico - Lei nº 14.133, de 2021.

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Código de Identificação Ger@AGU: ee971a1755006603086

MCT-INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA-RJ

Termo de Referência 24/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2025	240104-MCT-INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA-RJ	LUCIANO DOS SANTOS MIGON	11/02/2026 16:47 (v 1.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		01240.000092/2025-24

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 01240.000092/2025-24)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de Limpeza e Conservação a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com fornecimento de materiais, uniformes, utensílios, equipamentos e EPI's, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto(C)	Valor Proposto por Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor mensal dos postos (F) = (D x E)	Valor máximo Anual dos postos (G) = (F x 12)
I	I	Posto de trabalho de Encarregado de Limpeza - CBO 4101-05 CATSERV 25623	R\$ 9.244,92	1	R\$ 9.244,92	1	R\$ 9.244,92	R\$ 110.939,04
	II	Posto de trabalho de Auxiliar de Serviços Gerais CBO 5143-20 CATSERV 25194	R\$ 7.111,74	20	R\$ 142.234,80	1	R\$ 142.234,80	R\$ 1.706.817,60
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS							R\$ 151.479,72	
VALOR MÁXIMO ANUAL DOS SERVIÇOS								R\$ 1.817.756,64
VALOR MÁXIMO GLOBAL DOS SERVIÇOS (5 ANOS)								R\$ 9.088.783,20

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como **comum** conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **05 anos** contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que trata-se de serviço de limpeza, o qual deve ser continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a necessidade de continuidade do contrato, por se tratar de um serviço de extrema importância ao funcionamento do Órgão.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.
- 4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.4.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.4.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.4.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.4.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.10. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.16.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.16.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.16.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20. *Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.*

4.21. Será assegurado aos interessados o direito de realizar vistoria às dependências da unidade, com o intuito de conhecer as características do local onde devem ser prestados os serviços, as condições e as peculiaridades dos serviços a executar, bem como para reunir subsídios para a formulação de sua proposta, devendo ser acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 16h.

4.22. *Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.*

4.23. A vistoria referida no item anterior deverá ser previamente agendada junto à Divisão de Administração Predial do INT, via e-mail *luciano.migon@int.gov.br*.

4.24. *Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

4.25. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. Início da execução do objeto: dia 01/04/2026.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Instituto Nacional de Tecnologia - INT localizado na Avenida Venezuela nº 82. Cais do Porto. Rio de Janeiro - RJ. CEP 20081-312.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 07:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, das segundas às sextas-feiras, respeitando a jornada de 40 horas semanais.

5.3.1. a jornada de 40 horas semanais será dividida dentro do horário de funcionamento do item 5.3, deste Termo de Referência.

5.3.2. O intervalo da intrajornada será de 1 (uma) hora, das 12:00h às 13:00h.

5.3.3. O intervalo mínimo interjornada será de 11 (onze) horas.

5.3.4. Ficará a critério da Contratada definir os horários dos postos da prestação dos serviços, devendo respeitar sempre os dias e horários de funcionamento do item 5.3 e os intervalos dos itens 5.3.1 e 5.3.2, deste Termo de Referência.

Rotinas a serem cumpridas

5.3.5. A execução contratual observará as rotinas *abaixo*:

Banheiros

Frequência mínima sugerida: 2x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e /ou água.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Sanitários e Mictórios	Limpos, sem resíduos, higienizado e sem sujidades aparentes e com o tampo e assento secos.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Pias e Balcões	Limpos, sem resíduos, sujidades aparentes, sem acúmulo excessivo de água, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos.
Espelhos	Limpos, sem resíduos, higienizado e sem sujidades aparentes, sem manchas ou impressões digitais.
Metais (Corrimão, Maçanetas, Barras de apoio, Saboneteiras, etc.)	Limpos, sem resíduos, higienizados, sem sujidades e desengordurados.
Consumíveis (Papel Higiênico, Papel Toalha, Protetor De Assento, Sabonete Líquido, etc.)	Disponibilidade do material em quantidade suficiente para uso de modo que não venha a frustrar eventual necessidade dos usuários quando demandado, manter sempre abastecido.
Janelas E Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Salas de serviços administrativos e Gabinetes

Frequência mínima sugerida: 1x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos, quando couber.
Paredes, Portas e teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.

Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes e Carpetes	Limpos com aspirador de pó, sem poeira, resíduos e sujidades, com lavagem a cada 15 dias, quando couber.
Persianas	Limpas, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Quadros e Mapas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Objetos de Arte	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Janelas e Esquadrias (FACES Internas)	Limpas, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Laboratórios do Prédio Principal

Frequência mínima sugerida: 2x/semana

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e ralos	Pisos limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água e higienizado; rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Quadros e Mapas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Objetos de Arte	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Janelas e Esquadrias (FACES Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.

Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Laboratórios dos Anexos

Frequência mínima sugerida: 2x/semana

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos e Rodapés	Pisos limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Quadros e Mapas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Objetos de Arte	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Janelas e Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Copa/Vestiário

Frequência mínima sugerida: 1x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.

Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Quadros e Mapas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Pias, bancadas e ralos	Limpos, sem resíduos, sujidades aparentes, sem acúmulo excessivo de água, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos, quando couber.
Janelas e Esquadrias (FACES Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Itens de uso comum	Manter abastecido de papel toalha, pano de limpeza tipo toalex, esponja dupla face, lâ de aço, detergente, álcool gel, água sanitária, sabão em barra e pano de chão, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Oficina

Frequência mínima sugerida: 1x/mês

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos e Rodapés	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Quadros e Mapas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Objetos de Arte	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Janelas e Esquadrias (FACES Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Áreas de Circulação (hall de entrada)

Frequência mínima sugerida: 1x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos e Rodapés	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Elevadores	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Janelas e Esquadrias (FACES Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Áreas de Circulação (corredores)

Frequência mínima sugerida: 1x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos e Rodapés	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Janelas e Esquadrias (FACES Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Áreas de Circulação (escadas)

Frequência mínima sugerida: 1x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Pisos limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Escadas	Limpas, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Corrimão	Limpos, sem resíduos, sujidades e desengordurados, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Janelas e Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Pátio interno e Estacionamento

Frequência mínima sugerida: 1x/Dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Pisos limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades, quando couber.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Portão	Limpas, sem acúmulo de sujidades, sem resíduos e com os trilhos limpos, desobstruídos e lubrificados.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Almoxarifado, Arquivo e Auditório**Frequência mínima sugerida: 1x/Dia**

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Pisos limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Tapetes e Carpetes	Limpos com aspirador de pó, sem poeira, resíduos e sujidades, com lavagem a cada 15 dias, quando couber.
Janelas e Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Portão	Limpas, sem acúmulo de sujidades, sem resíduos e com os trilhos limpos, desobstruídos e lubrificados.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Outras Áreas**Frequência mínima sugerida: 1x/Dia**

Tipo	Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Áreas Externas (Pavimentadas)	Pisos	Sem acúmulo de resíduos, folhas, galhos e detritos. Roçada e livre de plantas desnecessárias ou que obstruam a passagem, quando couber.
Áreas Externas (Pavimentadas)	Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Áreas Externas	Pisos	Sem acúmulo de resíduos, folhas, galhos e detritos. Roçada e livre de plantas desnecessárias ou que obstruam a passagem, quando couber.
Áreas Externas	Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Fachadas	Vidros e Esquadrias	Limpos, sem acúmulo excessivo de resíduos, vidros sem manchas.
Outras Atividades	Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Outros Serviços Sob Demanda

Tipo	Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Layout	Móveis e equipamentos leves	Realizar deslocamentos simples de móveis e equipamentos leves dentro das instalações do INT, conforme requisição da Contratante.
Área Interna	Pisos, móveis, paredes, portas, janelas, luminárias, etc.	Limpar áreas após consertos, reparos, adaptações, pinturas e etc.
Pátio interno e estacionamento	Pisos, móveis, paredes, portas, janelas, luminárias, etc.	Limpar áreas após consertos, reparos, adaptações, pinturas e reuniões e/ou comemorações.
Outras Atividades	Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

5.4. As áreas a serem limpas e conservadas no INT foram quantificadas por meio de levantamento físico nos ambientes, plantas baixas e estimativas feitas com base em contratos anteriores.

Nos termos do disposto no Anexo VI-B, subitem 1.d da IN SEGES/MPDG 05/2017, foi adotada a produtividade em seus valores médios dentro da faixa referencial constante do subitem 3 do mencionado anexo, para a dispensa da necessidade de comprovação de exequibilidade. O contrato anterior de prestação de serviço de limpeza e conservação teve a produtividade alterada de média para máxima, onde não deu certo. Houve diversas reclamações, assim, **a empresa contratada não poderá alterar os parâmetros de produtividade.**

A quantidade de serventes necessária para a realização dos serviços no INT foi obtida através da relação entre as áreas para limpeza e conservação usando produtividade com metragem intermediária com base na IN 05/2017 e a frequência adotada nas tabelas acima. O cálculo é apresentado no anexo I este TR. O resultado do cálculo é apresentado na tabela a seguir:

Especificação das áreas		Área total (m²)	Produtividade cfme IN 05 /2017(m²)	Cálculo	Total de ASG
Área Interna	Piso acarpetado	421,89 m²	1000 m²	0,422	—
	Piso frio	10029,33 m²	1000 m²	10,029	—
	Laboratório	3893,92 m²	405 m²	3,496	—
	Almoxarifado/galões	365,72 m²	2000 m²	0,183	—
	Oficina	72,24 m²	1500 m²	0,002	—
	Áreas com espaço livres	362,95 m²	1250 m²	0,29	—
	Banheiros	432,64 m²	250 m²	3,461	—
Total Área Interna (1)		15578,69 m²	—	17,88	—
área Externa	Pisos pavimentados adjacentes /contínuos às edificações	942m²	2250m²	0,419	—
	Varrição de passeios e arruamentos	1157m²	7500m²	0,154	—

	Pátio e estacionamento c/ baixa frequência	880m²	2250m²	0,391	—
	Total Área Externa (2)	2979m²	—	0,96	—
Esquadria	Face Externa s/exposição a risco	182,90m²	340m²	0,537	—
	Face Interna	1245,61m²	340m²	0,167	—
	Total Esquadria s/risco(3)	1428,31	—	0,7	—
TOTAL (1+2+3)		19986m²	—	19,55	20

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, utensílios, uniformes e EPI necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. MATERIAIS

MATERIAIS					
ITEM	Descrição	Unid	Periodicidade	Qtd.	Qtd. Anual
01	Água Sanitária	Galão 5 L	Mensal	13	156
02	Álcool 70° líquido	Galão 5 L	Mensal	06	72
03	Álcool 70° GEL	Galão 5 L	Mensal	01	12
04	Cera Líquida incolor	Galão 5 L	Mensal	02	24
05	Cera Líquida preta	Galão 5 L	Mensal	01	12
06	Desinfetante	Galão 5 L	Mensal	15	180
07	Detergente	Frasco 500 ml	Mensal	60	720
08	Detergente	Galão 5 L	Mensal	04	48
09	Espoja aço	Pacote c/ 14	Mensal	01	12
10	Espoja Sintética dupla face	Unidade	Mensal	77	924
11	Flanela branca	Unidade	Mensal	60	720
12	Inseticida	Unidade lata 360 /400ml	Mensal	10	120
13	Limpa Carpete	Unidade Frasco 500ml	Mensal	02	24
14	Limpador Multiuso	Galão 5 L	Mensal	01	12
15	Limpador Desengordurante	Galão 5 L	Mensal	01	12
16	Lustra móveis	Frasco 200 ml	Mensal	16	192
17	Óleo para móveis	Frasco 200 ml	Mensal	03	36
18	Pano Limpeza	Rolo	Mensal	16	192
19	Papel Higiênico	Fardo com 64	Mensal	23	281
20	Papel Toalha	Pacote com 1000	Mensal	272	3265
21	Pasta Limp Tek	Frasco 500g	Mensal	01	12
22	Pasta Cristal Branca	Frasco 500g	Mensal	10	120

23	Removedor de cera	Galão 5 L	Anual	01	01
24	Sabão de coco	1 Kg	Anual	06	06
25	Sabão em pedra glicerinado	1 Kg	Mensal	03	36
26	Sabão em Pó	Pacote 5 Kg	Mensal	01	12
27	Sabão Pastoso	Frasco 500g	Mensal	01	12
28	Sabonete líquido	Galão 5 L	Mensal	10	120
29	Saco de pano 80x40	Unidade	Mensal	80	960
30	Saco de lixo 200 L	Pacote com 100	Mensal	02	24
31	Saco de lixo 100 L	Pacote com 100	Mensal	12	144
32	Saco Aspirador Pó	Pacote com 3	Mensal	03	36
33	Saponáceo	Frasco 200g	Mensal	05	60
34	Vaselina Liquida	Frasco 1 L	Anual	06	06
35	Aromatizante Ambiental	Unidade	Mensal	06	72
36	Saco de Lixo 60L	Pacote com 100	Mensal	05	60

5.5.2. Equipamentos

MEMÓRIA DE EQUIPAMENTOS (DURAÇÃO DE CONTRATO)			
ITEM	Descrição	Unid	Qtd. Anual
1	Relógio de ponto	Unid	01
2	Aspirador de Pó	Unid	03
3	Enceradeira 127V	Unid	03
4	Escada Dobrável 5	Unid	02
5	Escada Dobrável 8	Unid	02
6	Kit Limpeza Carrinho Profissional Mop esfregão lava e seca	Unid	06
7	Lavadora alta pressão	Unid	01
8	Placa Sinalizadora	Unid	24
9	Carrinho coletor 120L	Unid	01
10	Carrinho coletor 240L	Unid	01

5.5.3. Utensílios - Anual

MEMÓRIAS DE UTENSÍLIOS - ANUAL			
ITEM	Descrição	Unid	Qtd. Anual
1	Balde 10L	Unid	12
2	Balde 20L	Unid	12

3	Desentupidor Pia	Unid	12
4	Desentupidor Vaso	Unid	12
5	Escova Peq.	Unid	60
6	Escova Md.	Unid	24
7	Espanador peq.	Unid	12
8	Kit Limpeza Vidro	Unid	03
9	Mangueira Jardim 30m	Unid	02
10	Pá de lixo	Unid	10
11	Pá articulada	Unid	16
12	Pano de Prato	Unid	60
13	Pulverizador	Unid	96
14	Rolo 40 cm	Unid	32
15	Refil Rodo Mopi	Unid	03
16	Saboneteira Pump	Unid	120
17	Vassoura teto	Unid	05
18	Vassoura Ny/Piaç	Unid	48
19	Vassourão	Unid	12
20	Vassourinha Vaso	Unid	96

5.5.4. Os quantitativos de materiais constantes foram estimados por um período de 12 (doze) meses, sendo as entregas mensais nas quantidades estabelecidas.

5.5.5.. Durante a execução dos serviços, por terem sido estimados, os quantitativos poderão variar para mais ou para menos, de maneira que a Contratada deverá fornecer os quantitativos necessários à perfeita execução dos serviços, devendo a Contratante arcar inteiramente com os custos no caso de necessidade de quantitativos maiores que os estimados.

5.5.6. Quando da entrega dos materiais, será verificado se foi utilizado todo o quantitativo entregue no mês, trimestre ou ano anterior. Caso haja materiais não utilizados, será feita a reposição apenas do quantitativo que faltar para o estimado, a fim de evitar desperdícios com o acúmulo de materiais desnecessários, bem como haver uma compensação para quando houver necessidade de quantitativos maiores que o estimado.

5.5.7. Os equipamentos serão da Contratada e serão apenas disponibilizados à Contratante para a execução dos serviços, de modo que será admitida somente a cobrança dos custos mensais referentes à depreciação dos supracitados equipamentos, os quais encontram-se incluídos no Módulo 5 (Insumos Diversos) das Planilhas de Custos e Formação de Preços.

5.5.8. A responsabilidade pela guarda, em local a ser reservado pela Contratante, e pelo manuseio dos equipamentos é da Contratada.

5.5.9. A Contratada deverá providenciar, durante a execução contratual, a substituição de qualquer equipamento defeituoso no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, admitida a prorrogação deste mediante apresentação de justificativa a ser analisada, e se for o caso, aceita pela Contratante.

5.5.10. Eventualmente, poderá ser necessária para a perfeita execução dos serviços a utilização de equipamentos não relacionados no Anexo constante do instrumento editalício, de modo que a Contratada deverá providenciar a disponibilização dos mesmos sem ônus para a Contratante.

5.5.11. A Contratada deverá identificar seus equipamentos a fim de não se confundirem com bens patrimoniais pertencentes à Contratante.

5.5.12. No caso de encerramento do contrato, a Contratada deverá providenciar a retirada de seus equipamentos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

5.5.13. A entrega dos materiais, equipamentos, utensílios e EPI obedecerá a programação a ser previamente estabelecida com a Fiscalização do Contrato, devendo a Contratada responsabilizar-se pelo transporte, entrega, recebimento, controle de estoque, distribuição e instalação em todos os locais de execução dos serviços, cabendo à Contratante realizar o devido acompanhamento.

5.5.14. Mesmo que os materiais, equipamentos, utensílios e EPI sejam entregues pelo fornecedor da Contratada diretamente nos locais de prestação dos serviços, a Contratada continua sendo a responsável pelo transporte, entrega, recebimento, controle de estoque, distribuição e instalação nos locais de execução dos serviços, cabendo à Contratante realizar o devido acompanhamento.

5.5.15. Os materiais, equipamentos, utensílios e EPI fornecidos pela Contratada deverão ser de primeira qualidade, licenciados e aprovados, quando exigido pela legislação pertinente, pelos órgãos competentes para tal, de maneira a não prejudicar a execução dos serviços ora contratados.

5.5.16. Em relação ao fornecimento de materiais, equipamentos, utensílios e EPI deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental relacionados nas obrigações da contratada e demais normas legais vigentes.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPI)

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O conjunto de uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

UNIFORME - ASG - ANUAL		
ITEM	Descrição	Qtd. Anual
1	Calça	04
2	Camisa	08
3	Bota	02
4	Meia	08
5	Casaco	01
6	Capa de chuva	01
7	Galocha	01
8	Crachá	01

UNIFORME - ENCARREGADO - ANUAL		
ITEM	Descrição	Qtd. Anual
1	Jaleco	04
2	Calça Jeans	04
3	Camisa Polo	08
4	Meia	08
5	Sapato/Tênis	02
6	Casaco	01
7	Capa de Chuva	01

5.7.1.1. Os equipamentos de proteção individual (EPI) fornecidos pela contratada serão os abaixo listados.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI ASG		
ITEM	Descrição	Qtd. Anual
1	Luva Amarela	1.200
2	Luva Látex Longo	240
3	Luva Nitrílica	960
4	Máscara PFF2	960
5	Óculos de segurança	40
6	Cinta ajustável	03
7	Luva malha 4 fios	240

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO ENCARGADO - EPI		
ITEM	Descrição	Qtd. Anual
1	Máscara PFF2	48

- 5.7.1.2. Será entregue 01 conjunto de uniforme completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 12 (doze) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas, após comunicação escrita do Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.
- 5.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
- 5.7.4. Os uniformes e equipamentos de proteção individual deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado *deverá* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período 02 (duas) horas por semana.*

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.19. *Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.*

6.20. *O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.*

6.21. *O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.*

6.22. *Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.*

6.23. *O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.*

6.24. *Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.*

6.25. *Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.*

6.26. *O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.*

6.27. *O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:*

6.27.1. *se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;*

6.27.2. *se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;*

6.27.3. *se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou*

6.27.4. *se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.*

6.28. *Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.*

6.29. *Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.*

6.30. *O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:*

6.30.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou

6.30.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

Fiscalização Administrativa

6.31. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.32. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.33. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.34. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.34.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.34.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.34.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.34.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.34.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.34.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

6.34.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.34.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado;

6.34.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.34.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.34.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.34.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

6.34.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.34.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.34.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

6.34.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato; e

6.34.1.3.6. documentos comprobatórios de que o capital social integralizado da empresa é compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974[A6] .

6.34.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.34.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.34.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.34.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.34.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.35. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.34.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.36. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.35.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.37. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.38. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.39. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.40. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.41. No caso de sociedades diversas[A9] , tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.42. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.43. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.44. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

- 6.45. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.46. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.47. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.48. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de quinze dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.49. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.50. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.
- 6.51. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.
- 6.52. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.53. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.54. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges /Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.55. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.
- 6.56. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.56.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
 - 6.56.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.57. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.57.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
 - 6.57.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.58. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor do Contrato

- 6.59. Cabe ao gestor do contrato:

6.59.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.59.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.59.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.59.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.59.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.59.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.59.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.59.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.59.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.59.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.60. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (*cinco*) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (*cinco*) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A9]

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.37. *Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.*

7.38. *O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado :*

7.38.1. *Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;*

7.38.2. *Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.*

7.39. *Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.*

7.39.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.40. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, Observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.41. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.42. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.43. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

7.44. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

7.44.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.44.2. Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

7.45. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

7.45.1.1. A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

7.45.1.2. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

7.45.2. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

7.46. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

Iº = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.47. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.48. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.49. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.51. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.52. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.53. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.54. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.55. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.56. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.57. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.58. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 30 dias, contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

7.59. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.60. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.61. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.62. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.63. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

7.64. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

7.64.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.65. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.66. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.67. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.68. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.69. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.70 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta-Depósito Vinculada

7.71. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do Contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05 /2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.72. Os custos estimados das tarifas bancárias são de responsabilidade do Contratado, podendo ser contemplados na proposta do interessado e devendo ser debitados dos valores depositados.

7.73. O futuro Contratado deve autorizar a Administração Contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.74. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.75. O Contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo Contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.76. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.76.1. 13º (décimo terceiro) salário;

7.76.2. Férias e um terço constitucional de férias;

7.76.3. Multa sobre o FGTS; e

7.76.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.76.5. Rescisão

7.77. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.78. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.79. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.80. O Contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.81. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.82. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.83. O Contratado deverá apresentar ao Contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.84. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.1.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de serviços contínuos executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, somente serão aceitas, nos termos do edital, propostas que adotem, na planilha de custos e formação de preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração para o piso salarial e auxílio alimentação, conforme estimativa baseada na CCT 2025/2026 firmado entre o SINDICATO DAS EMPRESAS ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrita no CNPJ sob o nº 34.037.150/0001-91 e o SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, inscrita no CNPJ sob o nº 34.273.029/0001-69.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

9.25.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação; e

9.25.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

9.29. *Declaração do fornecedor, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo II deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e /ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do interessado, observados os seguintes requisitos:*

9.29.1. *a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e*

9.29.2. *caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o fornecedor deverá apresentar justificativas.*

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.31.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. *contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 30 (trinta) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;*

9.32.1.2. *contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.*

9.32.2. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.32.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.40.6.1. ata de fundação;

9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

*10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 9.088.783,20 (nove milhões, oitenta e oito mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na **anexo III**.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 0001/240104;

II) Fonte de recursos: 1000;

III) Programa de trabalho: 233856;

IV) Elemento de despesa: 44.90.52.12; e

V) Plano orçamentário: 0005.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Não se aplica.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução contratual, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação; e

2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
 - 3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
 - 3.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*
 - 3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
 - 3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
 - 3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
 - 3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. *Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual, durante 02 (duas) horas por semana.*

4.1.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.9.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.9.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.9.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.9.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.9.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; [A11]

4.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.11. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

- 4.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 4.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
- 4.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 4.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.17. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.18. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.20. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.22. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.23. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.31. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.32. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.33. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.34. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.35. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.36. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.37. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.38. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.39. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

4.40. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.44. *Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:*

4.44.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.44.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

4.44.3. florestas plantadas; e

4.44.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.1.45. *Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:*

4.1.45.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

4.1.45.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

4.1.45.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

4.1.45.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

4.1.43. *Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:*

4.1.44. *O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.*

4.1.45. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.1.45.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

4.1.45.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

4.1.45.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.45.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.1.46. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.1.47. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

4.1.48. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

4.1.48.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

4.1.48.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

4.1.49. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

4.1.50.. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

4.1.51. Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

6.2. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem.

6.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

6.4. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

6.5. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.6.3. Indenizações e multas.

6.7. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.8. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANO DOS SANTOS MIGON

Técnico em Ciência e Tecnologia



Assinou eletronicamente em 11/02/2026 às 16:47:25.

MONICA EUGENIO DA SILVA

Assistente em Ciência e Tecnologia

IGOR RICHARDT KALL

Analista em Ciencia e Tecnologia

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços continuados de Limpeza e Conservação, com fornecimento de insumos e equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	POSTO DE SERVIÇO	QTDE POSTOS	VALOR MENSAL DE CADA POSTO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	SERVENTE	20	R\$ 7.111,74	R\$ 142.234,80	R\$ 1.706.817,60
	ENCARREGADO	1	R\$ 9.244,92	R\$ 9.244,92	R\$ 110.939,04
TOTAL DE POSTOS		21			
QUANTIDADE M2				QTDE M²	19986
VALOR M2				VALOR M²	R\$ 7,58
VALOR MENSAL				VALOR MENSAL	R\$ 151.479,72
VALOR GLOBAL 12 MESES				VALOR 12 MESES	R\$ 1.817.756,64
VALOR DO CONTRATO 05 ANOS					R\$ 9.088.783,20

Rio de Janeiro, 11 de Fevereiro de 2026

Categoria profissional: Auxiliar de Serviços Gerais

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	Rio de Janeiro
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2025/2026
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Limpeza	Área (m2)	20

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional Estimado	R\$ 1.730,75
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Aux. Serviços Gerais
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/03/2025

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		1730,75
B	Adicional Periculosidade (Cláusula 21ª da CCT - necessário laudo)	30,00%	519,23
C	Adicional Insalubridade		0,00
D	Adicional Noturno		0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			2249,97

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	187,50
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	272,25
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	459,74
		base 2.2	2709,71
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	541,94
B	Salário Educação	2,50%	67,74
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) - Projeção	3,00%	81,29
D	SESC ou Sesi	1,50%	40,65
E	SENAI - SENAC	1,00%	27,10
F	SEBRAE	0,60%	16,26
G	INCRA	0,20%	5,42
H	FGTS	8,00%	216,78
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	997,17
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte (Cláusula 24ª da CCT)	-	116,16
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula 23ª da CCT)	-	495,00
C	Assistência Médica e Familiar	-	0,00
D	Benefício Social Familiar (Cláusula 29ª da CCT)	-	21,60
E	Contribuição Negocial Patronal (Cláusula 61ª da CCT) Valor R\$ 44,00 - 50% p/assc	-	0,00
F	Outros	-	0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			632,76

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		459,74
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		997,17
2.3	Benefícios Mensais e Diários		632,76
TOTAL DO MÓDULO 2			2089,67
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	9,45
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,76
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,92%	88,20
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	43,65
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	16,06
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,08%	1,80
TOTAL DO MÓDULO 3		7,11%	159,92
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,82%	18,45
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,45
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	0,67
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,61%	13,72
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (especificar)	0,00%	0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		1,48%	33,30
Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada		%	VALOR (R\$)
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	0,00
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		33,30
4.2	Substituto na Intra jornada		0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			33,30
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes (Cláusula 54ª da CCT) 4 Uniformes p/ ano	-	89,07
B	Materiais	-	453,11
C	Equipamentos	-	11,59
D	Utensílios	-	45,98
E	EPI	-	147,34
TOTAL DO MÓDULO 5		-	747,09
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	263,99
B	Lucro	10,00%	554,39
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	1,65%	117,34
C.2	COFINS	7,60%	540,49
C.3	ISS	5,00%	355,59
TOTAL DO MÓDULO 6			1831,80

a)	Tributos % = To = 100	14,25%
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	6098,32
c)	Po / (1 - To) = P1 =	7111,74
	Valor dos Tributos = P1 - Po	1013,42

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	2249,97
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	2089,67
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	159,92
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	33,30
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	747,09
	Subtotal (A + B + C + D + E)	5279,94
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	1831,80
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	7111,74

FATOR K 3,16

PREÇO MENSAL R\$ 142.234,80
PREÇO ANUAL R\$ 1.706.817,60

Categoria profissional: Encarregado

Discriminação dos Serviços		
A	Data de apresentação da proposta	
B	Município	Rio de Janeiro
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2024/2025
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Encarregado	Área (m2)	1

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Encarregado
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário Nominativo da Categoria Profissional Estimado	R\$ 2.161,45
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/03/2025

MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		2161,45
B	Adicional Periculosidade - (Cláusula 21ª da CCT - necessário laudo)	30,00%	648,44
C	Adicional Insalubridade		0,00
D	Adicional Noturno		0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Outros (gratificação de função) - Cláusula 15ª CCT	25,00%	432,69
TOTAL DO MÓDULO 1			3242,57

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	VALOR (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário	8,33%	270,10
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	392,35
TOTAL SUBMÓDULO 2.1		20,43%	662,45
		Base 2.2.	3.905,02
Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e Outras Contribuições		%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	781,00
B	Salário Educação	2,50%	97,63
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	117,15
D	SESC ou Sesi	1,50%	58,58
E	SENAI - SENAC	1,00%	39,05
F	SEBRAE	0,60%	23,43
G	INCRA	0,20%	7,81
H	FGTS	8,00%	312,40
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	1437,04
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			VALOR (R\$)
A	Transporte (Cláusula 24ª da CCT)	-	90,31
B	Auxílio-Refeição/Alimentação (Cláusula 23ª da CCT)	-	495,00
C	Assistência Médica e Familiar	-	0,00
D	Benefício Social Familiar (Cláusula 29ª da CCT)	-	21,60
E	Contribuição Negocial Patronal (Cláusula 61ª da CCT) Valor R\$ 40,00 - 50% p/ass	-	0,00
F	Outros	-	0,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			606,91

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAS E DIÁRIOS			
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários			VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		662,45
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições		1437,04
2.3	Benefícios Mensais e Diários		606,91
TOTAL DO MÓDULO 2			2706,40
MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	VALOR (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	13,62
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	1,09
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,92%	127,11
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	62,91
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	23,15
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,08%	2,59
TOTAL DO MÓDULO 3		7,11%	230,46
MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	VALOR (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	0,00
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,82%	26,59
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,65
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	0,97
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,61%	19,78
F	Substituto na cobertura de Outras Ausências (especificar)	0,00%	0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.1		1,48%	47,99
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada		%	VALOR (R\$)
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	0,00
QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		47,99
4.2	Substituto na Intrajornada		0,00
TOTAL DO MÓDULO 4			47,99
MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		VALOR (R\$)
A	Uniformes (Cláusula 54ª da CCT)	-	113,84
B	Materiais	-	453,11
C	Equipamentos	-	11,59
D	Utensílios		45,98
E	EPI	-	11,72
TOTAL DO MÓDULO 5		-	636,24
MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	343,18
B	Lucro	10,00%	720,68
C	TRIBUTOS		
C.1	PIS	1,65%	152,54
C.2	COFINS	7,60%	702,61
C.3	ISS	5,00%	462,25
TOTAL DO MÓDULO 6			2381,26

a)	Tributos % = To = 100	14,25%
b)	(Total dos Módulos 1, 2, 3, 4 e 5+ Custos indiretos + lucro)= Po =	7927,52
c)	Po / (1 - To) = P1 =	9244,92
	Valor dos Tributos = P1 - Po	1317,40

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		VALOR (R\$)
A	MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	3242,57
B	MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	2706,40
C	MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO	230,46
D	MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	47,99
E	MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS	636,24
	Subtotal (A + B + C + D + E)	6863,66
F	MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	2381,26
	PREÇO TOTAL POR EMPREGADO	9244,92

FATOR K 2,85

PREÇO MENSAL R\$ 9.244,92
PREÇO ANUAL R\$ 110.939,04

Memória de Cálculo de Uniforme - ASG - Anual				
Item	Descrição	Quant	Preço Unitário	Preço Total
1	Calça	4	R\$ 18,65	R\$ 74,60
2	Camisa	8	R\$ 56,16	R\$ 449,28
3	Bota	2	R\$ 46,00	R\$ 92,00
4	Meia	8	R\$ 14,17	R\$ 113,36
5	Casaco	1	R\$ 280,00	R\$ 280,00
6	Capa Chuva	1	R\$ 16,00	R\$ 16,00
7	Galocha	1	R\$ 37,63	R\$ 37,63
8	Cracha	1	R\$ 6,00	R\$ 6,00
TOTAL (12 meses)			R\$	1.068,87
Custo por profissional por mês			R\$	89,07

Memória de Cálculo de Uniforme - Encarregado - Anual				
Item	Descrição	Quant	Preço Unitário	Preço Total
1	Jaleco	4	R\$ 75,60	R\$ 302,40
2	Calça Jeans	4	R\$ 63,50	R\$ 254,00
3	Camisa Polô	8	R\$ 35,85	R\$ 286,80
4	Meia	8	R\$ 8,50	R\$ 68,00
5	Sapato/Tênis	2	R\$ 76,70	R\$ 153,40
6	Casaco	1	R\$ 280,00	R\$ 280,00
7	Capa de chuva	1	R\$ 15,43	R\$ 15,43
8	Cracha	1	R\$ 6,00	R\$ 6,00
TOTAL (12 meses)			R\$	1.366,03
Custo por profissional por mês			R\$	113,84

Memória de Cálculo de EPI - ASG- Mensal				
Item	Descrição	Quant	Preço Unitário	Preço Total
1	Luva Amarela	5	R\$ 8,88	R\$ 44,40
2	Luva Látex longo	1	R\$ 19,90	R\$ 19,90
3	Luva Nitrílica	4	R\$ 14,50	R\$ 58,00
4	Máscara PFF2	4	R\$ 2,93	R\$ 11,72
5(**)	Óculos segurança	0,17	R\$ 6,95	R\$ 1,16
6(**)	Cinta ajustável	0,01	R\$ 43,83	R\$ 0,55
7	Luva de algodão pigmentada	1,00	R\$ 11,61	R\$ 11,61
Custo por profissional por mês			R\$	147,34

Os itens assinalados com ** deverão ser fornecidos nas quantidades indicadas abaixo:

Item 5 – Óculos de proteção: 2 pares por ano para cada ASG ($2/12 = 0,17$)

Item 6 – Cinta Lombar: 3 unidades por ano ($(3/12)/20 = 0,0125$), somente três profissionais receberão 1un por ano

Memória de Cálculo de EPI - Encarregado - Mensal				
Item	Descrição	Quant	Preço Unitário	Preço Total
1	Máscara PFF2	4	R\$ 2,93	R\$ 11,72
Custo por profissional por mês			R\$	11,72
Custo por profissional por mês			R\$	11,72

Memória de Utensílios - Anual					
Item	Descrição	Unid	Quant	Preço Unitário	Preço Total
1	Balde 10L	unid	12	R\$ 15,00	R\$ 180,00
2	Balde 20L	unid	12	R\$ 15,38	R\$ 184,56
3	Desentupidor Pia	unid	12	R\$ 13,50	R\$ 162,00
4	Desentupidor Vaso	unid	12	R\$ 76,89	R\$ 922,68
5	Escova Peq.	unid	60	R\$ 12,70	R\$ 762,00
6	Escova Md.	unid	24	R\$ 24,80	R\$ 595,20
7	Espanador peq.	unid	12	R\$ 18,81	R\$ 225,72
8	Limpador de Vidro com cabo 6m	unid	3	R\$ 127,04	R\$ 381,12
9	Mangueira jardim 30m	unid	2	R\$ 127,18	R\$ 254,36
10	Pá de lixo	unid	10	R\$ 20,00	R\$ 200,00
11	Pá articulada	unid	16	R\$ 25,90	R\$ 414,40
12	Pano de Prato	unid	60	R\$ 3,12	R\$ 187,20
13	Pulverizador	unid	96	R\$ 14,75	R\$ 1.416,00
14	Rodo 40cm	unid	32	R\$ 13,32	R\$ 426,24
15	Refil Rodo Mopi	unid	3	R\$ 18,30	R\$ 54,90
16	Saboneteira Pump	unid	120	R\$ 20,98	R\$ 2.517,60
17	Vassoura Teto	unid	5	R\$ 25,95	R\$ 129,75
18	Vassoura Ny/Piaç	unid	48	R\$ 22,00	R\$ 1.056,00
19	Vassourão gari	unid	12	R\$ 30,53	R\$ 366,36
20	Vassourinha Vaso	unid	96	R\$ 12,00	R\$ 1.152,00
TOTAL				R\$	11.588,09
Custo por profissional por mês				R\$	45,98

Memória de Materiais - Anual					
Item	Descrição	Unid	Quant	Preço Unitário	Preço Total
1	Água Sanitária	Galão 5 L	156	R\$ 7,43	R\$ 1.159,08
2	Álcool 70° líquido	Galão 5 L	72	R\$ 27,45	R\$ 1.976,40
3	Álcool 70° gel	Galão 5 L	12	R\$ 30,35	R\$ 364,20
4	Cera Líquida Incolor	Galão 5 L	24	R\$ 38,11	R\$ 914,64
5	Cera Líquida Preta	Galão 5 L	12	R\$ 63,79	R\$ 765,48
6	Desinfetante	Galão 5 L	180	R\$ 10,79	R\$ 1.942,20
7	Detergente	Frasco 500ml	720	R\$ 2,41	R\$ 1.735,20
8	Detergente	Galão 5 L	48	R\$ 29,00	R\$ 1.392,00
9	Esponja aço	Pacote c/ 14	12	R\$ 24,00	R\$ 288,00
10	Esponja sintética dupla face	Unidade	924	R\$ 2,43	R\$ 2.245,32
11	Flanela branca	Unidade	720	R\$ 2,52	R\$ 1.814,40
12	Inseticida	Unidade Lata 360/400ml	120	R\$ 15,10	R\$ 1.812,00
13	Limpa Carpete	Unidade Frasco 500ml	24	R\$ 15,45	R\$ 370,80
14	Limpador Multiuso	Galão 5 L	12	R\$ 46,89	R\$ 562,68
15	Limpador desengordurante	Galão 5 L	12	R\$ 23,98	R\$ 287,76
16	Lustra móveis	Frasco 200ml	192	R\$ 5,04	R\$ 967,68
17	Óleo p/ móveis	Frasco 200ml	36	R\$ 6,02	R\$ 216,72
18	Pano Limpeza	Rolo	192	R\$ 21,62	R\$ 4.151,04
19	Papel Higiênico	Fardo com 64	281	R\$ 88,00	R\$ 24.717,00
20	Papel Toalha	Pacote c/ 1000	3265	R\$ 14,18	R\$ 46.297,70
21	Pasta LIMP TEK	Frasco 500g	12	R\$ 6,99	R\$ 83,88
22	Pasta Cristal Branca	Frasco 500g	120	R\$ 3,99	R\$ 478,80
23	Removedor de cera	Galão 5 L	1	R\$ 51,28	R\$ 51,28
24	Sabão de coco	1kg	6	R\$ 12,85	R\$ 77,10
25	Sabão em pedra glicerinado	1kg	36	R\$ 8,25	R\$ 297,00
26	Sabão em pó	Pacote 5Kg	12	R\$ 19,04	R\$ 228,48
27	Sabão pastoso	Frasco 500g	12	R\$ 5,95	R\$ 71,40
28	Sabonete Líquido	Galão 5 L	120	R\$ 29,33	R\$ 3.519,60
29	Saco de pano 80x40	Unidade	960	R\$ 5,22	R\$ 5.011,20
30	Saco de lixo 200 L	Pacote c/100	24	R\$ 49,45	R\$ 1.186,80
31	Saco de lixo 100L	Pacote c/100	144	R\$ 32,90	R\$ 4.737,60
32	Saco aspirador pó	Pacote com 3	36	R\$ 48,57	R\$ 1.748,52
33	Saponáceo	Frasco 200g	60	R\$ 8,00	R\$ 480,00
34	Vaselina líquida	Frasco 1 L	6	R\$ 29,00	R\$ 174,00
35	Aromatizante Ambiental	Unidade	72	R\$ 14,00	R\$ 1.008,00
36	Saco de Lixo 60L	Pacote c/100	60	R\$ 17,50	R\$ 1.050,00
TOTAL					R\$ 114.183,96

Custo por profissional por mês	R\$ 453,11
---------------------------------------	-------------------

Memória de Equipamentos (Duração do Contrato)						
Item	Descrição	Unid	Quant	Preço Unitário	Preço Total	Depreciação (20%)
1	Relógio de ponto	unid	1	R\$ 1.572,00	R\$ 1.572,00	R\$ 314,40
2	Aspirador de Pó	unid	3	R\$ 484,09	R\$ 1.452,27	R\$ 290,45
3	Enceradeira 127V	unid	3	R\$ 2.527,28	R\$ 7.581,84	R\$ 1.516,37
4	Escada Dobrável 5	unid	2	R\$ 165,00	R\$ 330,00	R\$ 66,00
5	Escada Dobrável 8	unid	2	R\$ 264,00	R\$ 528,00	R\$ 105,60
6	Kit Limpeza Carrinho Profissional Mop Esfregão Lava E Seca	unid	6	R\$ 346,00	R\$ 2.076,00	R\$ 415,20
7	Lavadora alta pressão	unid	1	R\$ 557,06	R\$ 557,06	R\$ 111,41
8	Placa Sinalizadora	unid	24	R\$ 60,00	R\$ 1.440,00	R\$ 288,00
9	Carrinho Coletor 120L	unid	1	R\$ 274,50	R\$ 274,50	R\$ 54,90
10	Carrinho Coletor 240L	unid	1	R\$ 368,60	R\$ 368,60	R\$ 73,72
TOTAL						R\$ 2.921,65

Custo por profissional por mês	R\$ 11,59
---------------------------------------	------------------

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO ENQUADRAMENTO
SINDICAL**

DECLARO que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em, _____, está regulamente vinculada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical anexo, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 em caso de irregularidades. **(Redação dada pela Instrução Normativa Seges/MGI nº 190, de 2024).**

Estudo Técnico Preliminar 53/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 01240000092/2025-24

2. Descrição da necessidade

A estrutura predial do INT é composta de 1 edifício de 8 andares, 4 anexos, pátio interno, estacionamento, almoxarifado e oficina, central temporária para armazenamento de resíduo. Essa estrutura, necessita do devido asseio e higienização para permitir a continuidade das suas atividades administrativas, laboratoriais e de realização de eventos. Salienta-se que a devic higienização e limpeza do ambiente de trabalho é condição sine qua non para o exercício das atividades laborais pelos servidores públicos, inclusive sendo assegurado vários direitos nos termos dos artigos 7º e 39º da Constituição da República.

No que se refere à possibilidade de terceirização, compete pontuar que inexistem qualquer cargo efetivo ou cargo em extinção atualmente no âmbito da Administração para a realização das atribuições concernentes à necessidade pública. Via de consequência entende-se como possível a terceirização nos moldes do artigo 3º do Decreto Federal 9.507/18 já que tais atividades serem futuramente contratadas são acessórias, instrumentais ou complementares às atribuições precípuas do órgão em tela:

Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

§ 1º Os serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios de que tratam os incisos do caput poderão ser executados de forma indireta, vedada a transferência de responsabilidade para a realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Inclusive, a Portaria 443/2018 elenca a limpeza e conservação como passível de ser terceirizado:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: (....) XIV - limpeza;

Da mesma forma, está ao encontro também aos seguintes artigos da Instrução Normativa nº 05 /2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão:

Art. 3º O objeto da licitação será definido como prestação de serviços, sendo vedada a caracterização exclusiva do objeto como fornecimento de mão de obra. (...)

Art. 7º Nos termos da legislação serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§ 1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

§ 2º As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, ou outra que vier a substituí-la.

Por tais razões, a necessidade da contratação é uma atividade meio passível de ser terceirizada pelo INT.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL - DIAPE	Luciano dos Santos Migon

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Na parte da qualificação técnica, deve-se atentar para:

1. Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pelo licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório;
2. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
3. Comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, com o que está sendo licitado, mediante a comprovação de experiência mínima de 30 (trinta) meses na execução de objeto semelhante ao da contratação, podendo ser aceito o somatório de atestados;
4. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, para fins da comprovação;
5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
6. Os serviços do objeto precisam compreender toda a área interna e externa das dependências, sem exceção, incluindo estacionamento e áreas adjacentes, do endereço: Avenida Venezuela, 82 - Saúde no município do Rio de Janeiro. De acordo com o ANEXO VI-B da instrução normativa 05-2017 **os serviços serão contratados com base na área física a ser limpa**, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

Cooperativas

Quanto ao impedimento de participação de Cooperativas, tal vedação se faz necessária porque estão presentes os elementos de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, personalidade e habitualidade, conforme súmula 281 do TCU.

Tipo de serviço

Os serviços de limpeza e conservação a serem executados são de amplo domínio de conhecimento da sociedade, não requerendo nenhuma certificação específica para sua execução. Estando dessa forma, sua caracterização embasada pelo Artigo 14 da IN 05/2017:

“Os serviços considerados comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos por ato convocatório, por meio de especificações usuais de mercado.”

O serviço possui natureza continuada, pois trata-se de atividade que influencia diretamente a boa execução das funções da instituição e sua interrupção pode afetar o atingimento de nosso objetivo institucional. Tratando-se de contratação de serviço essencial, tal posição encontra supedâneo nas decisões do Tribunal de Contas da União.

Critérios de Sustentabilidade

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução dos índices de poluição pautam-se em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados pela Contratada, conforme orientações contidas no Guia de Contratações Sustentáveis – 3ª. Edição – abril de 2020.

Os critérios de sustentabilidade a serem observados na contratação e durante sua execução são aqueles definidos no Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

Os critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser respeitados pela contratada em caráter de obrigação, são os seguintes:

I – usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo Instituto Nacional de Tecnologia, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos

catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências para manutenção constante das instalações, tais como:

- a) Vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e chuveiros.
- b) Saboneteiras e toalheiros quebrados.
- c) Lâmpadas queimadas ou piscando.
- d) Luzes de postes e/ou refletores ligadas durante o dia.
- e) Tomadas e espelhos soltos.
- f) Fios desencapados.
- g) Janelas, fechaduras ou vidros quebrados, entre outras.

Fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.

Verificar, ao remover o pó de cortinas ou persianas, se estas não se encontram em locais que impedem a saída do ar dos condicionadores ou aparelhos equivalentes.

Realizar vistorias e, se for o caso, manutenções periódicas nos seus aparelhos elétricos, extensões, filtros, recipientes dos aspiradores de pó e nas escovas das enceradeiras, etc, verificando, entre outros, se existem vazamentos de vapor ou de ar nos equipamentos de limpeza, o estado dos sistemas de proteção elétrica e as condições de segurança de extensões elétricas utilizadas.

Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes adequados nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela Contratante.

No que diz respeito à utilização de saneantes domissanitários, a Contratada deverá:

- Utilizar preferencialmente produtos biodegradáveis, salvo quando não disponível no mercado distribuidor;
- Aplicar saneantes domissanitários somente quando as substâncias tensoativas aniônicas utilizadas em sua composição forem biodegradáveis, conforme disposições da Portaria n.º 874, de 5/11/1998, que aprova o Regulamento Técnico sobre Biodegradabilidade dos Tensoativos Aniônicos para Produtos Saneantes Domissanitários e, em face da necessidade de preservar a qualidade dos

recursos hídricos naturais, de importância fundamental para a saúde, e da necessidade de evitar que a flora e fauna sejam afetadas negativamente por substâncias sintéticas.

- Utilizar racionalmente os saneantes domissanitários.

- Observar rigorosamente, quando da aplicação ou manipulação de detergentes e seus congêneres, o atendimento as prescrições da Lei n.º 6.360, de 23/9/1976, do Decreto 8.077, de 14/8/2013 e as prescrições da Resolução Normativa n.º 1, de 25/10/1978, cujos itens de controle e fiscalização por parte das autoridades sanitárias e da Contratante são os anexos da referida resolução.

- Não utilizar na manipulação, sob nenhuma hipótese, os corantes relacionados no Anexo I da Portaria n.º 9, de 10/4/1987, em face de que a relação risco/benefício pertinente aos corantes relacionados no Anexo I ser francamente desfavorável a sua utilização em produtos de uso rotineiro por seres humanos;

- Não utilizar, na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE n.º 913, de 25 de junho de 2001, os saneantes domissanitários de Risco I, listados pelo art. 5.º da Resolução 336, de 30/7/1999;

- Proibir a aplicação de saneantes domissanitários fortemente alcalinos apresentados sob a forma de líquido premido (aerossol), ou líquido para pulverização, tais como produtos para limpeza de fornos e desincrustação de gorduras, conforme Portaria DISAD – Divisão Nacional de Vigilância Sanitária n.º 8, de 10/4/1987.

- Proibir a aplicação de saneantes domissanitários que apresentem associação de inseticidas a ceras para assoalhos, impermeabilizantes, polidores e outros produtos de limpeza, nos termos da Resolução Normativa CNS n.º 1, de 4/4/1979.

- Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA.

- Observar a Resolução RDC n.º 46, de 20/2/2002 que aprova o Regulamento Técnico para o álcool etílico hidratado em todas as graduações e álcool etílico anidro, quanto da aplicação de álcool.

- Proibir a aplicação de produtos que contenham o Benzeno, em sua composição, conforme Resolução – RDC n.º 252, de 16/9/2003, em face da necessidade de serem adotados procedimentos para reduzir a exposição da população face aos riscos de câncer.

- Observar, no que diz respeito à poluição sonora, se os seus equipamentos de limpeza necessitam de Selo Ruído ou documento equivalente que indique o nível de potência sonora, medido em decibel Db(A), conforme Resolução CONAMA n.º 20, de 7 /12/1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição e a utilização de tecnologias adequadas e conhecidas que permitam atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

Utilizar preferencialmente sacos plásticos biodegradáveis para compostáveis, conforme as normas ambientais vigentes e as diretrizes internas de descarte de resíduos do INT.

Contratação

O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10(dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Não será admitido que os serviços objeto deste estudo sejam subcontratados.

O gestor do contrato conjuntamente com o fiscal técnico deverá elaborar trimestralmente um relatório concludente pela adequação e suficiência dos serviços prestados. No relatório do terceiro trimestre do período contratual, a Administração somente intentará a prorrogação do contrato desde que as conclusões do gestor e do fiscal sejam favoráveis e que a empresa contratada não se manifeste até 90 dias antes do término do período contratual para externar o seu não desejo de continuar, sendo que o silêncio será considerado um aceite da empresa para continuar na prestação dos serviços.

Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas no caso específico da contratação dos serviços de limpeza e conservação, uma vez que as técnicas utilizadas são de domínio comum, conhecidas da grande maioria, senão de todas as empresas do ramo e não há propriedade intelectual a proteger.

5. Levantamento de Mercado

No caso dos serviços em tela não se vislumbram outras soluções de mercado afora a terceirização para a prestação indireta dos serviços, visto que inexistem quadros funcionais típicos no MCTI e suas unidades subordinadas para a execução desses serviços, restando impedido o aproveitamento de recursos humanos da própria Administração.

No caso da prestação indireta dos serviços, foram identificadas as seguintes hipóteses de contratações de serviços de limpeza e conservação nos mais diversos órgãos, sejam Federais, Estaduais ou Municipais:

ITEM	SOLUÇÃO	DESCRIÇÃO	ANÁLISE
1	Contratação de serviços de Limpeza e Conservação com fornecimento de materiais incluso	Este tipo de contratação engloba juntamente com a mão de obra contratada os materiais inerentes à execução dos serviços. Além disso, a metodologia de apuração dos valores da remuneração da contratada é por metro quadrado.	Este modelo já difundido é utilizado por vários outros órgãos. E este modelo se adéqua a utilização do Instrumento de Medição de Resultados (IMR) com base na qualidade/quantidade dos serviços prestados.
			Conforme RELATÓRIO TÉCNICO 12º -

2	Contratação de serviços de Limpeza e Conservação sem a inclusão de materiais	Este tipo de contratação abrange somente a mão de obra contratada sem incluir os materiais inerentes à execução dos serviços. Nesta modalidade para aquisição dos materiais de consumo de limpeza se faz necessário realizar uma segunda licitação.	<p>CONSOLIDAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE CUSTOS - Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que o custo para realização de um Pregão Eletrônico é de R\$ 20.698,00 e de um Pregão (SRP) é R\$ 32.187,00 (modalidades indicadas para aquisição dos materiais de limpeza), realizar uma licitação única e exclusivamente para aquisição de materiais de limpeza e os equipamentos para realização dos serviços e demais materiais que se fizerem necessários, seria economicamente inviável, já que o custo processual é superior ao objeto a ser adquirido. Não obstante, isso pode gerar riscos como atraso de entregas, falta de produtos de limpeza e ferramentas ou algum item ser deserto na licitação por falta de interessados no fornecimento, o que é bastante comum, já que as quantidades também não são tão expressivas, além de aumentar a quantidade de itens e volume de almoxarifado para controle.</p>
3	Contratação de serviços, com fornecimento de materiais, sendo que os materiais sejam apartados do faturamento da mão de obra.	<p>Este tipo de contratação engloba juntamente com a mão de obra contratada os materiais inerentes à execução dos serviços.</p> <p>O que esta se diferencia do item 1 é que para este tipo de contratação o fiscal do contrato deve realizar o controle dos materiais fornecidos pela empresa</p>	Este modelo, pouco prático, pois toma mais o tempo do servidor para efetuar o controle de entrada e saída de materiais, além de a Administração ter que disponibilizar um local apropriado para este armazenamento, que seja preferencialmente apartado do almoxarifado do órgão.

		contratada, para que ao final de cada mês seja faturado somente o que foi efetivamente utilizado.	
--	--	---	--

Ao observar as soluções postas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, entende-se como formato mais adequado o apresentado pela solução 1, uma vez que esta atende as determinações legais, reduz a dedicação de força de trabalho exclusiva para controle de materiais de consumo de limpeza, conferindo a contratada o ônus deste controle, mostrando-se a opção mais econômica à instituição.

As empresas do segmento de limpeza e conservação adquirem material em quantidades muito superior às necessidades de uma única empresa, visto que detêm vários contratos, podendo obter preços mais reduzidos que a Administração. Mesmo que, somente por hipótese, a Administração realizasse a compra do material por preço mais reduzido que o da contratada, deveriam ser considerados outros custos envolvidos, tais como: os salários e encargos dos servidores públicos que se ocupariam dessa atividade; da licitação; das publicações; de oportunidade, ou seja, realizando outras atividades mais prioritárias; de armazenagem, de transporte; de eventuais perdas; etc.. Os tipos de materiais necessários e seus quantitativos podem ser dimensionados facilmente pelas prestadoras de serviços de limpeza, ao passo que a Administração não possui rol ou especificações exaustivas para tais aquisições, e correria o risco tanto de deixar faltar como de fazer aquisições em excesso, caso optasse por efetuar as compras de material e contratar somente a prestação dos serviços.

O gerenciamento centralizado dos serviços de limpeza e materiais por uma única pessoa (no caso a contratada) propicia melhor integração das atividades, com menor probabilidade de falta de materiais. Apesar de as licitações serem planejadas, para que não haja falta de materiais (controle do estoque), mesmo assim poderiam ocorrer atrasos na entrega, bem como rejeição dos materiais por não atendimento às especificações do edital, o que provavelmente ocasionaria falta de materiais.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

Para a contratação de serviços de limpeza e conservação, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgãos públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

Ressalta-se que o modelo proposto também se molda as cobranças atuais dos órgãos de controle, quanto a uma gestão de serviços por resultados, uma vez que a cobrança dos serviços por metro quadrado, juntamente ao Instrumento de Medição por Resultado (IMR) permite o alinhamento entre as necessidades da organização e a qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

6. Descrição da solução como um todo

Abaixo estão descritos o local, o horário, os espaços e objetos que fazem parte do escopo de serviço de limpeza e conservação a ser realizado no INT:

Endereço: Avenida Venezuela, 82 – Saúde – Zona Portuária do Município do Rio de Janeiro.

Jornada: 44 horas semanais - de 2ª. à 6ª. feira no horário das 7h às 16h48min com intervalo de 1h para o almoço.

Também estão informados os resultados esperados pela execução desses serviços e que podem ser utilizados como meio de avaliação da adequabilidade da prestação deles.

Banheiros
Frequência mínima sugerida: 2x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Sanitários e Mictórios	Limpos, sem resíduos, higienizado e sem sujidades aparentes e com o tampo e assento secos.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Pias e Balcões	Limpos, sem resíduos, sujidades aparentes, sem acúmulo excessivo de água, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos.
Espelhos	Limpos, sem resíduos, higienizado e sem sujidades aparentes, sem manchas ou impressões digitais.
Metais (Corrimão, Maçanetas, Barras de apoio, Saboneteiras, etc.)	Limpos, sem resíduos, higienizados, sem sujidades e desengordurados.

Consumíveis (Papel Higiênico, Papel Toalha, Protetor De Assento, Sabonete Líquido, etc.)	Disponibilidade do material em quantidade suficiente para uso de modo que não venha a frustrar eventual necessidade dos usuários quando demandado, manter sempre abastecido.
Janelas E Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Salas de serviços administrativos e Gabinetes
Frequência mínima sugerida: 1x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos, quando couber.
Paredes, Portas e teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes e Carpetes	Limpos com aspirador de pó, sem poeira, resíduos e sujidades, com lavagem a cada 15 dias, quando couber.
Persianas	

	Limpas, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Quadros e Mapas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Objetos de Arte	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Janelas e Esquadrias (FACES Internas)	Limpas, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes à plena execução do serviço contratado.

Laboratórios do Prédio Principal
Frequência mínima sugerida: 2x/semana

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e ralos	Pisos limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água e higienizado; rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.

Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Quadros e Mapas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Objetos de Arte	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Janelas e Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes à plena execução do serviço contratado.

Laboratórios dos Anexos
Frequência mínima sugerida: 2x/semana

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos e Rodapés	Pisos limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.

Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Quadros e Mapas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Objetos de Arte	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber..
Janelas e Esquadrias (FACES Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Copa/Vestiário
Frequência mínima sugerida: 1x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Quadros e Mapas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Pias, bancadas e ralos	Limpos, sem resíduos, sujidades aparentes, sem acúmulo excessivo de água, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos, quando couber.
Janelas e Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.

Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Itens de uso comum	Manter abastecido de papel toalha, pano de limpeza tipo toalex, esponja dupla face, lâ de aço, detergente, álcool gel, água sanitária, sabão em barra e pano de chão, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Oficina

Frequência mínima sugerida: 1x/mês

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos e Rodapés	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.

Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Quadros e Mapas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Objetos de Arte	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades em sua superfície, quando couber.
Janelas e Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Áreas de Circulação (hall de entrada)
Frequência mínima sugerida: 1x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos e Rodapés	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Elevadores	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Janelas e Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.

Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes à plena execução do serviço contratado.

Áreas de Circulação (corredores)
Frequência mínima sugerida: 1x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos e Rodapés	Limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.
Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.

Janelas e Esquadrias (FACES Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Tapetes	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Persianas	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes à plena execução do serviço contratado.

Áreas de Circulação (escadas)
Frequência mínima sugerida: 1x/dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Pisos limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.

Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Escadas	Limpas, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Corrimão	Limpos, sem resíduos, sujidades e desengordurados, quando couber
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Janelas e Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes à plena execução do serviço contratado.

Pátio interno e Estacionamento
Frequência mínima sugerida: 1x/Dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Pisos limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.

Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades, quando couber.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Portão	Limpo, sem acúmulo de sujidades, sem resíduos e com os trilhos limpos, desobstruídos e lubrificados.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes à plena execução do serviço contratado.

Almoxarifado, Arquivo e Auditório
Frequência mínima sugerida: 1x/Dia

Item de avaliação	Resultado a ser atingido
Pisos, Rodapés e Ralos	Pisos limpos, sem resíduos, sujidades, ou acúmulo de água, higienizado, rodapés sem acúmulo de resíduos e, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos e/ou água, quando couber.

Paredes, Portas e Teto	Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.
Tapetes e Carpetes	Limpos com aspirador de pó, sem poeira, resíduos e sujidades, com lavagem a cada 15 dias, quando couber.
Janelas e Esquadrias (Faces Internas)	Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha, quando couber.
Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Mobiliários	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Equipamentos	Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.
Bebedouros	Limpos, sem sujidades, sem acúmulo de água no apoio do copo e seus arredores.
Vasos e Recipientes com Plantas	Limpos, sem poeira, resíduos e acúmulo de água no apoio do vaso e seus arredores, quando couber.
Portão	Limpo, sem acúmulo de sujidades, sem resíduos e com os trilhos limpos, desobstruídos e lubrificados.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes à plena execução do serviço contratado.

Outras Áreas
Frequência mínima sugerida: 1x/Dia

Tipos	Item de Avaliação	Resultado a ser atingido

Áreas Externas (Pavimentadas)	Pisos	Sem acúmulo de resíduos, folhas, galhos e detritos. Roçada e livre de plantas desnecessárias ou que obstruam a passagem, quando couber.
	Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Áreas Externas	Pisos	Sem acúmulo de resíduos, folhas, galhos e detritos. Roçada e livre de plantas desnecessárias ou que obstruam a passagem, quando couber.
	Lixeiras	Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, providas de sacos próprios para lixo, sem exalar mau cheiro e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.
Fachadas	Vidros e Esquadrias	Limpos, sem acúmulo excessivo de resíduos, vidros sem manchas.
Outras Atividades		Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.

Outros Serviços Sob Demanda

Tipos	Item de Avaliação	Resultado a Ser Atingido
Layout	Móveis e equipamentos leves	Realizar deslocamentos simples de móveis e equipamentos leves dentro das instalações do INT, conforme requisição da Contratante.
Área Interna	Pisos, móveis, paredes, portas, janelas, luminárias, etc.	Limpar áreas após consertos, reparos, adaptações, pinturas e etc.

Pátio interno e estacionamento	Pisos, móveis, paredes, portas, janelas, luminárias, etc.	Limpar áreas após consertos, reparos, adaptações, pinturas e reuniões e/ou comemorações.
Outras Atividades	Executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes a plena execução do serviço contratado.	

Após realizada a licitação faz-se necessária a formalização do contrato, com a cobrança da garantia legal, celebração da conta vinculada, formalização de identificação e contato com o preposto para que as atividades se iniciem e por consequência a fiscalização do contrato.

Esta equipe considera ser a Conta Vinculada a forma que melhor resguarda os direitos trabalhistas dos empregados da Contratada em caso de problemas financeiros que a Contratada venha a enfrentar no futuro, bem como falência ou ainda falta de planejamento para arcar com os encargos trabalhistas demissionais, o que justifica os encargos oriundos desta escolha.

Tal escolha se deve ao fato de o INT já ter utilizado o recurso do saldo da conta vinculada para quitar débitos trabalhistas junto ao Sindicato de outra categoria de modo a não prejudicar nem ao empregado nem a Administração.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

a) Definição do método para a estimativa das quantidades a serem contratadas

As áreas a serem limpas e conservadas no INT foram quantificadas por meio de levantamento físico nos ambientes, plantas baixas e estimativas feitas com base em contratos anteriores.

Nos termos do disposto no Anexo VI-B, subitem 1.d da IN SEGES/MPDG 05/2017, foi adotada a produtividade em seus valores médios dentro da faixa referencial constante do subitem 3 do mencionado anexo, para a dispensa da necessidade de comprovação de exequibilidade. O contrato anterior de prestação de serviço de limpeza e conservação teve a produtividade alterada de média para máxima, onde não deu certo. Houve diversas reclamações, assim, **a empresa contratada não poderá alterar os parâmetros de produtividade.**

1. Áreas Internas:

- a. Pisos acarpetados: 800 m² a 1.200 m²
- b. Pisos frios: 800 m² a 1.200 m²
- c. Laboratórios: 360 m² a 450 m²
- d. Almoxarifados/galpões: 1500 m² a 2.500 m²
- e. Oficinas: 1200 m² a 1.800 m²

f. Áreas com espaços livres – saguão, hall e salão: 1000 m² a 1.500 m² e

g. Banheiros: 200 m² a 300 m².

2. Áreas Externas:

a. Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2.700 m²

b. Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9.000 m²

c. Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2.700 m²

d. Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m² a 2.700 m²

e. Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m² a 2.700 m²

f. Coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m²

3. Esquadrias Externas:

a. Face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²

b. Face externa sem exposição a situação de risco: 300 m² a 380 m²

c. Face interna: 300 m² a 380 m²

4. Fachadas Envidraçadas:

a. 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico.

A quantidade de serventes necessária para a realização do cálculo exemplificativo para a execução dos serviços no INT foi obtida através da relação entre as áreas para limpeza e conservação usando metragem intermediária com base na IN 05/2017 e a frequência adotada foi a mesma do contrato atual com alteração apenas na frequência de limpeza nos laboratórios. O resultado é o que consta da tabela 1 (*) a seguir:

Tabela 1

Especificação das áreas		Área Total (m ²)	Produtividade cfme IN 05/2017 (m ²)	Cálculo	Total de ASG
Área Interna	Piso acarpetado	421,89 m ²	1000 m ²	0,422	-
	Piso frio	10029,33 m ²	1000 m ²	10,029	-
	Laboratório	3893,92 m ²	405 m ²	3,496	-
	Almoxarifado/galpões	365,72 m ²	2000 m ²	0,183	-
	Oficina	72,24 m ²	1500 m ²	0,002	-

	Áreas com espaço Livres (galpões, hall e salão)	362,95 m²	1250 m²	0,290	-
	Banheiros	432,64 m²	250 m²	3,461	-
	Total Área Interna (1)	15578,69 m²	-	17,88	-
Área Externa	Pisos pavimentados adjacentes /contíguos às edificações	942 m²	2250 m²	0,419	-
	Varrição de passeios e arruamentos	1157 m²	7500 m²	0,154	-
	Pátio e estacionamento c/ baixa frequência	880 m²	2250 m²	0,391	-
	Total Área Externa (2)	2979 m²	-	0,96	-
Esquadria	Face externa s/exposição a risco	182,70 m²	340 m²	0,537	-
	Face interna	1245,61 m²	340 m²	0,167	-
	Total Esquadria s/risco (3)	1428,31, m²	-	0,70	-
TOTAL (1+2+3)		19986 m²	-	19,55	20

(*) A Tabela completa com o detalhamento de todas as metragens está no **Anexo I** deste ETP.

Conforme item 3.4 do Capítulo III do Caderno de Logística de Prestação de Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundamental, nos termos da Instrução Normativa IN 05/2017 no Anexo VI-B item 4 , para cada 30 serventes, haja 1 encarregado:

Conforme tabela acima e seguindo as diretrizes do Caderno de Logística, a contratação efetiva para atender a todo o INT **seria** em sua totalidade de 21 postos de trabalho, sendo 20 Auxiliares de Serviços Gerais + 1 Encarregado, perfazendo um total de 21 (Vinte e um) integrantes da empresa a ser Contratada para executar plenamente aos serviços a serem executados no INT.

São atribuições do Encarregado: supervisionar, coordenar e orientar os serviços dos Auxiliares de serviços Gerais, zelando pelo cumprimento dos prazos e pela qualidade dos serviços; distribuir tarefas; auxiliar na conferência dos pedidos de material; proceder à revisão diária dos serviços executados; levar ao conhecimento do Supervisor ocorrências no serviço.

Os Auxiliares de Serviços Gerais deverão ter condições físicas e aptidão para atender às necessidades dos serviços, objeto deste estudo.

Estimativas de Materiais

Estimativa de materiais de limpeza, utensílios e equipamentos foi realizada com base no contrato vigente com inclusão de itens pontuais que foi observado pelo fiscal do contrato como necessários e não previstos anteriormente.

A Contratada deverá observar rigorosamente o emprego de produtos adequados durante a execução dos serviços, sob pena de responder por quaisquer danos que venha a causar ao patrimônio do INT.

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, conforme tabelas abaixo:

1) Uniformes

A estimativa de Uniformes para todos os funcionários da contratada deverá compreender as seguintes peças do vestuário, conforme tabela abaixo:

2.1. Auxiliar de Serviços Gerais

Item	Descrição / Especificação	Unidade	Qtd. Anual por Aux. Serv. Gerais
01	Calça comprida, com elástico e cordão, de gabardine ou de brim 100% algodão resistente a rasgos e abrasões.	Unidade	04
02	Camisa ou camiseta de manga curta de algodão com logo da empresa	Unidade	08
03	Calçado antiderrapante (tipo bota de segurança) na cor preta	Par	02
04	Meia de algodão	Par	08
05	Casaco ou Jaqueta de manga comprida para serviço com a logo da empresa.	Unidade	01
06	Capa de Chuva	Unidade	01
07	Galochas para serviços de lavagem	Par	01

08	Crachá de Identificação com foto	Unidade	01
----	----------------------------------	---------	----

2.2. Encarregado

Item	Descrição / Especificação	Unidade	Qtd. Anual por Encarregado
01	Jaleco para uso do encarregado da equipe com a Logo da empresa de gabardine ou brim 100% algodão resistente a rasgos e abrasões.	Unidade	04
02	Calça comprida, tipo Jeans	Unidade	04
03	Camisa de manga curta de algodão. Tipo polo, com logo da empresa	Unidade	08
04	Meia de algodão	Par	08
05	Calçado com solado de borracha (sapato e/ou tênis) na cor preta	Par	02
06	Casaco ou Jaqueta de manga comprida com a logo da empresa.	Unidade	01
07	Capa de Chuva	Unidade	01
08	Crachá de Identificação com foto	Unidade	01

As peças do uniforme devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- Todos os uniformes deverão possuir a logomarca da empresa;
- Os trabalhadores deverão apresentar-se uniformizados num só padrão, exceção para o encarregado que deverá estar sempre com seu jaleco;
- Os materiais deverão ser entregues mensalmente conforme planilha 3.2. A entrega dos utensílios, equipamentos, uniformes e EPI, obrigatoriamente ocorrerá no início da prestação dos serviços. Todos esse itens ficarão armazenados no INT e controlado pelo encarregado. Devendo a Licitante Vencedora zelar por seu efetivo uso durante a prestação dos serviços, renovando-os sempre que a boa apresentação ou eficiência estiver comprometida.
- No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

e) Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega.

f) Durante a execução do contrato, se constatado que os materiais e equipamentos fornecidos não atendem às necessidades quanto ao desempenho, a CONTRATADA deverá substituí-los, devendo apresentar outros novos no prazo de 72h, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação da CONTRATANTE.

g) É parte essencial da apresentação do empregado, além do uso de uniforme de boa qualidade, a boa postura comportamental, asseio, cuidados que visam manter a boa aparência na execução das atividades;

h) A licitante deverá entregar, no início da execução do serviço, a relação dos uniformes, materiais, equipamentos e EPI contendo todas as especificações e quantidades que serão utilizadas na execução do serviço.

EPI

Todos os itens da planilha de EPIs devem possuir Certificado de Aprovação emitido pelo órgão nacional competente e em validade de acordo com o estabelecido pela Norma Regulamentadora 06.

Tabela 1.1: Auxiliar de Serviços Gerais:

Item	Descrição / Especificação	Unidade	Qtd. Mensal por Aux. Serv. Gerais
01	Luva de látex forrada com palma antiderrapante, amarela.	Par	05
02	Luva de látex cano longo 45cm	Par	01
03	Luva de segurança confeccionada em nitrila, relevo antiderrapante na face palmar e ponta dos dedos na cor verde, punho normal.	Par	04
04	Máscara Descartável PFF2	Unidade	04
05(**)	Óculos de segurança em policarbonato óptico, com armação de nylon, hastes reguláveis e cordão de segurança.	Unidade	0,17

06(**)	Cinta ergonômica lombar, tamanho único, ajustável.	Unidade	0,0125
07	Luva de malha tricotada 4 fios pigmentada	Par	1

Os itens assinalados com ** deverão ser fornecidos nas quantidades indicadas abaixo:

Item 5 – Óculos de proteção: 2 pares por ano para cada ASG ($2/12 = 0,17$)

Item 6 – Cinta Lombar: 3 unidades por ano ($(3/12)/20 = 0,0125$), somente três profissionais receberão 1 unidade por ano. O custo das três cintas foi distribuído para todos os 20 ASG.

Os itens de uso mensal deverão ser fornecidos juntamente com os outros materiais após assinatura do contrato com a licitante vencedora e ficarão sob a responsabilidade da Encarregada que os manterá em local previamente destinado a esta finalidade dentro das instalações do INT.

Tabela 1.2: Encarregado

Item	Descrição / Especificação	Unidade	Qtd. Mensal por Encarregado
01	Máscara Descartável PFF2	Unidade	04

Os EPI's deverão ser entregues mediante recibo a Encarregada, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da entrega.

A contratada deverá elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores. A Contratada terá um prazo de 30 dias, a partir da data da publicação do extrato do contrato, ou do início da sua vigência, caso seja posterior, para apresentar o PCMSO da empresa, disponibilizando anualmente a sua atualização à fiscalização do contrato. Deverá ser comprovado através de exame médico se o empregado está apto para trabalho, quando evidenciado riscos nas atividades desenvolvidas. Deverá ter identificado no PCMSO o GHER - Grupo Homogêneo de Exposição a Riscos, relacionados aos riscos no ambiente de trabalho da Contratante.

Agendar com a Contratante visita para conhecimento do local de trabalho e obtenção das informações necessárias para elaboração do PCMSO (Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional), PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e Laudo de Periculosidade.

3) Materiais e equipamentos:

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário, conforme tabela abaixo:

3.1. Utensílios para uso geral na Limpeza

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Total Anual
01	BALDE em material plástico, polietileno de alta densidade, alta resistência a impacto, paredes e fundo reforçados, reforço no encaixe da alça, alça em aço 1010/20 zincado, capacidade 10 litros .	Unidade	01 por mês	12
02	BALDE em material plástico, polietileno de alta densidade, alta resistência a impacto, paredes e fundo reforçados, reforço no encaixe da alça, alça em aço 1010/20 zincado, capacidade 20 litros .	Unidade	01 por mês	12
03	DESENTUPIDOR DE PIA, com cabo em madeira plastificado.	Unidade	01 por mês	12
04	DESENTUPIDOR DE VASO SANITÁRIO, com cabo longo de madeira plastificado.	Unidade	01 por mês	12
05	Escova pequena de plástico para limpeza de superfícies com cerdas em nylon	Unidade	05 por mês	60
06	Escova média de plástico ou madeira para limpeza de superfícies com cerdas em nylon	Unidade	02 por mês	24
07	Espanador de Penas com cabo de madeira, pequeno.	Unidade	01 por mês	12
08	Kit de limpeza de vidro contendo: 1 Raspador de Segurança Para Vidros (Lâmina de 4 cm); 1 Kit de Pano de Limpeza em Microfibra 35x30 - Kit com 5 Unidades, 1 Limpa Vidros 1 Litro biodegradável e 1 Combinado de Limpeza de Vidros com Cabo (rodo) – Loja do profissional – Basic ou similar	Unidade	3 Kits por ano	3

09	MANGUEIRA PLÁSTICA com bico redutor, para jardim com diâmetro interno de 3/4 polegadas, com espessura da parede de 03 mm, 30 m de comprimento de fácil manuseio com suporte para guardar.	Unidade	2 por ano	2
10	Pá metálica para recolhimento de lixo, cabo de MADEIRA com 70 cm de comprimento	Unidade	10 por ano	10
11	Pá COLETORA ARTICULADA, em plástico, com cabo de madeira de reflorestamento.	Unidade	8 a cada 6 meses	16
12	Pano de prato de algodão.	Unidade	05 por mês	60
13	Pulverizador de plástico com capacidade de 500ml.	Unidade	08 por mês	96
14	RODO, para piso, base em polipropileno com 400 mm, cabo com encaixe rosqueado, comprimento 75 mm.	Unidade	16 a cada 6 meses	32
15	Refil para rodo MOPI.	Unidade	3 por ano	3
16	Saboneteira de plástico com capacidade de 500ml para sabonete líquido do tipo "pump".	Unidade	10 por mês	120
17	Vassoura de Teto, cabo de no mínimo 1,80m com cabo de madeira de reflorestamento.	Unidade	5 por ano	5
18	Vassoura piaçava, com 40cm de largura com cabo de madeira de reflorestamento recoberto com capa plástica.	Unidade	04 por mês	48
19	Vassourão (vassoura de gari) de piaçava com 60cm de largura, com cabo de 1,50m, para serviços externos	Unidade	01 por mês	12
20	Vassourinha para limpar vaso sanitário com suporte e cerdas de nylon.	Unidade	08 por mês	96

--	--	--	--	--

3.2. Materiais de Limpeza

Item	Descrição	Unidade de Medida	Qtd.	Total Anual
01	Água sanitária. Composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto, teor cloro ativo varia de 2 a 2,50%. Embalagem plástica com tampa lacrada, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Galão com 5 litros	13 por mês	156
02	Álcool etílico hidratado, 70 ⁰ GL, líquido, para limpeza geral. Embalagem plástica com tampa lacrada, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Galão com 5 litros	6 por mês	72
03	Álcool etílico hidratado em Gel 70°, para limpeza geral. Embalagem plástica com tampa lacrada, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Galão com 5 litros	01 por mês	12
04	Cera líquida incolor: Embalagem plástica com tampa lacrada, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Galão com 5 Litros	2 por mês	24
05	Cera Líquida preta: Embalagem plástica com tampa lacrada, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Galão com 5 Litros	1 por mês	12
06	Desinfetante líquido, germicida e bactericida, a base de eucalipto, embalagem plástica com tampa lacrada, contendo dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade para banheiros e sanitários.	Galão com 5 litros	15 por mês	180

07	Detergente líquido, neutro, biodegradável, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade (tipo Ypê, Minuano, ODD, Limpol).	Frasco 500 ml	60 por mês	720
08	Detergente líquido, neutro, biodegradável, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Galão com 5 litros	04 por mês	48
09	Esponja de lã de aço (Bombril ou similar), com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	Pacote com 14 unidades	01 Pacote p/ mês	12 Pacotes com 14 unidades total 168 unidades
10	ESPONJA sintética, dupla face, um lado em espuma poliuretano e o outro em fibra sintética abrasiva, dimensões 100 x 70 x 20 mm, com variação de +1- 10 mm. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Unidade	77 por mês	924
11	FLANELA BRANCA 40 x 60, 100% algodão, para uso geral.	Unidade	60 por mês	720
12	INSETICIDA A BASE DE AGUA, aerosol, eficaz contra o mosquito da dengue, combate pragas caseiras: moscas, mosquitos, pernilongos, muriçocas, carapanãs e baratas. Frasco de 360 a 400 ml ou maior. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	Unidade	10 por mês	120
13	Limpa Carpete para limpeza de carpetes, com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante. Frasco 500ml	Unidade	02 por mês	24
14	Limpador líquido com ação desodorizadora para limpeza de pisos de banheiros e superfícies brancas, com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	Galão com 5 Litros	1 p/ mês	12
15	Limpador líquido de ação desengordurante, não abrasivo, para limpeza de copa e cozinha, com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	Galão com 5 Litros	01 por mês	12
16	Lustra móveis a base de cera em creme que dá brilho intenso, garante a proteção dos móveis contra manchas d'água, perfumado, com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	Embalagem 200ml	16 p/ mês	192

17	Óleo de peroba, composição solventes mineral e vegetal com aromatizante, aspecto físico líquido, oleginoso, aroma madeira natural, aplicação limpeza, lustro e renovação de móveis de madeira, com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante, preferencialmente da marca King.	Embalagem 200ml	3 p/ mês	36
18	Pano de Limpeza multiuso reutilizável em rolo 58 unidades, tipo Toalex, Duramax, etc. (não é tipo perfex) embalagem lacrada, com identificação do produto e marca do fabricante.	Rolo	16 p/ mês	192
19	Papel higiênico, folha dupla, picotada, Branco, neutro, virgem, fabricado com 100% celulose virgem, 30 a 34 g/m2, hidrossolúvel e biodegradável. Embalagem lacrada, com identificação do produto e marca do fabricante. Referência: Kimberly-Clark Neve	Fardo com 64 rolos	1498 rolos p/ mês	281
20	Papel toalha interfolhado, 1ª qualidade, alta absorção, extra branco, com duas dobras, não reciclado, branco e macio, medindo 22x21cm, 100% biodegradável. Embalagem lacrada, com identificação do produto e marca do fabricante. Referência: Kimberly-Clark Kleenex.	Pacote c/ 1000 folhas	272 pacotes p/ mês	3265
21	Pasta de limpeza destinada à limpeza pesada de superfícies em geral 500G, lacrada, com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante (tipo Limp Tek).	Pote com 500g	01 por mês	12
22	Pasta de limpeza cristal branca (saponácea) destinada à limpeza pesada de superfícies em geral 500G, lacrada, com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante (tipo Diva's).	Pote com 500g	10 p/ mês	120
23	Removedor de ceras de uso geral, composto de tensoativo não iônico, éteres glicólicos, monoetanolamina, alcalinizante, corante e veículo, com princípio ativo de éteres glicólicos e monoetanolamina, embalagem plástica com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	Galão de 5 litros	01 p/ ano	01
24	Sabão de coco em barra. Embalagem com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	Pacote de 1Kg	01 a cada 2 meses	6
25	Sabão em barra glicerinado. Embalagem com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	Pacote de 1Kg	3 p/ mês	36

26	Sabão em pó com tensoativo biodegradável. Embalagem lacrada com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	Pacote de 5Kg	01 p/ mês	12
27	Sabão pastoso tensoativo biodegradável. Embalagem lacrada com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	Pote 500g	01 p/ mês	12
28	Sabonete líquido, de aroma agradável, com ph neutro concentrado, embalagem plástica lacrada com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	Galão com 5 litros	10 p/ mês	120
29	Saco de pano alvejado, grande, medindo no mínimo 80 cm x 40 cm, para limpeza geral, cor branca.	Unidade	80 p/ mês	960
30	SACO de lixo em material plástico de alta resistência, "0,07" de micragem mínima, com capacidade de 200 litros , na cor PRETA	Pacote com 100	2 p/ mês	24
31	SACO de lixo em material plástico de alta resistência, "0,07" de micragem mínima, com capacidade de 100 litros , na cor PRETA, AZUL, CINZA e MARROM, conforme demanda.	Pacote com 100	12 p/ mês	144
32	Saco descartável para aspirador de pó e água, compatível com o modelo disponibilizado pela empresa.	Pacote com 3 unidades	3 pacote por mês	36
33	Saponáceo em pó embalagem plástica com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	Embalagem com 200g	5 p/ mês	60
34	Vaselina líquida para uso geral, embalagem plástica lacrada com dados de composição química, identificação do produto e marca do fabricante.	1 Litro	01 a cada 2 meses	6
35	Aromatizante Ambiental Aroma: Lavanda , Aplicação: Geral , Apresentação: Aerosol , Características Adicionais: Biodegradável	Unidade	06 p/ mês	72
36	SACO de lixo em material plástico de alta resistência, "0,07" de micragem mínima, com capacidade de 60 litros , na cor PRETA, AZUL, CINZA e MARROM, conforme demanda.	Pacote com 100	5 p/ mês	60

3.3. Equipamentos

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
------	-----------	-------------------	------------

01	Ponto eletrônico	Unidade	1
02	ASPIRADOR DE PÓ e Água tipo: portátil, Potência: mínima de 800 W, Capacidade: mínimo 13 litros, Características Adicionais: alça ergonômica, coletor de pano ou descartável com capacidade mínimo de 13 litros, cordão elétrico, com extensão de no mínimo 04 metros, 01 acessório para tapetes, carpetes e pisos, 01 acessório para cantos e frestas, 01 acessório para estofados, móveis e tecidos, 2 ou mais tubos extensores.	Unidade	3
03	ENCERADEIRA, enceradeira industrial elétrica equipada com sistema de condicionamento, com câmara de transmissão por engrenagens helicoidais, Tipo: industrial, Dispositivo de Segurança: através de acionamento liga/desliga, oferecendo maior comodidade para o operador, Potência Motor: de no mínimo 1,0 cv, Voltagem: 220 volts , Acessórios: acompanha: 01 escova de nylon para lavar, 01 escova de fibras vegetais para encerar/lustrar com diâmetro de 500 mm, Características Adicionais: silenciosa e de fácil manuseio, extensão elétrica com no mínimo 4 metros.	Unidade	3
04	Escada Doméstica Material: Alumínio , Número Degraus:5, Características Adicionais: Pés Antiderrapantes, Trava De Segurança , Capacidade: 100 KG, Tipo: Dobrável	Unidade	2
05	Escada Doméstica Material: Alumínio , Número Degraus:8, Características Adicionais: Pés Antiderrapantes, Trava De Segurança , Capacidade: 120 KG, Tipo: Dobrável	Unidade	2
06	Kit profissional completo para limpeza úmida e seca de pisos frios em geral, composto por carro funcional, balde com espremedor 30 litros, cabos em alumínio, haste americana, refil de algodão, armação, refil pó,pá e placa sinalizadora “Piso Molhado” (Ref. Kit MOP – Bralimpia).	Unidade	6
	Lavadora Alta Pressão Pressão: 1.740 PSI, Vazão: 360 L/H, Tensão: 110 V, Potência Consumida: 1,5 Kw KV,		

07	Características Adicionais: Mangueira De Sucção, Alças E Rodas , Tipo: Lava-Jato, Acessórios: Mangueira 6 M, Aplic Detergente, Engate E Tuberias	Unidade	1
08	Placa Sinalizadora para chão: Piso molhado/Área interditada etc.	Unidade	24
09	Coletor de resíduos em material plástico com tampa, alças, rodas e pedal com capacidade para 120 litros.	Unidade	1
10	Coletor de resíduos em material plástico com tampa, alças, rodas e pedal com capacidade para 240 litros.	Unidade	1

b) Utilização das informações das contratações anteriores

Para a contratação em análise, foram utilizadas as informações das contratações anteriores, no que se refere ao levantamento do quantitativo de itens e material utilizado.

c) Memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte

Para cálculo das áreas, foram utilizadas plantas baixas, desenhos de engenharia dos edifícios da Unidade e estimativas feitas com base na análise das contratações anteriores. Foi, ainda, realizado levantamento físico em alguns ambientes. Os documentos utilizados para levantamento das áreas se encontram no Setor de Infraestrutura e Logística do INT – DIAPE - Divisão de Administração Predial.

d) Para os casos em que houver a necessidade de materiais específicos, cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação, avaliar a inclusão de mecanismos para tratar essa questão

Para o caso concreto, de acordo com a experiência do órgão em contratações anteriores, a aquisição de alguns itens era feita pela Administração do INT em separado do Contrato de Limpeza e Conservação. Esse formato não se mostrou satisfatório, trazendo, para o já reduzido quadro de servidores da instituição, um controle a mais para ser realizado que poderia estar executando outras tarefas. Diante dessa realidade após verificar neste estudo como os outros órgãos administram esses contratos, ficou evidente que o formato praticado não é vantajoso para o INT, pois a cada ano se faz um pregão por SRP para adquirir itens a fim de complementar os materiais necessários para o efetivo serviço de limpeza, higiene e conservação. Além do custo da instrução processual e do pregão por SRP, nem sempre se conseguiu bons preços em função da quantidade adquirida. Restando ainda a administração da Ata de Registro de Preços e, ainda fazer o controle de estoque no almoxarifado.

Não se verificou nos contratos anteriores a necessidade de materiais específicos cuja previsibilidade não se mostra possível antes da contratação.

e) Os profissionais a serem contratados

e.1) Encarregado

O Encarregado deverá ser alfabetizado, em virtude da natureza formal das diversas solicitações para execução dos serviços, bem como para fornecer subsídios à elaboração do relatório

mensal dos serviços executados; deverá ter habilidade de liderança e gestão de pessoas, capacidade de análise e tomada de decisão, bom relacionamento interpessoal, orientação para obtenção de resultados e desenvolver o bom trabalho em equipe, com, e entre seus subordinados.

Atribuições do Encarregado: supervisionar, coordenar e orientar os serviços dos serventes, zelando pelo cumprimento dos prazos e pela qualidade dos serviços; distribuir tarefas; manter controle dos materiais e utensílios sob sua responsabilidade para a plena execução dos serviços; proceder à revisão diária dos serviços executados; levar ao conhecimento do Fiscal do Contrato ocorrências sobre a execução do serviço.

e.2) Auxiliar de Serviços Gerais

Os Serventes deverão ter condições físicas e aptidão para atender às necessidades dos serviços.

Atribuições dos Auxiliares de Serviços Gerais: executar os serviços de limpeza, conservação e higienização de bens móveis e imóveis; executar demais serviços de complexidade compatível com a função.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado da contratação por 05 (cinco) anos: **R\$ 9.066.367,80**

Para a contratação dos Serviços de Limpeza no Rio de Janeiro será utilizado o método de estimativa de preço baseado nos limites mínimos e máximos disponibilizados no Caderno Técnico da Secretária de Gestão do Ministério da Economia para o ano de 2019 (https://www.gov.br/compras/pt-br/transparencia/cadernos-tecnicos-e-valores-limites/cts-2019/ct_lim_rj_2019.pdf), respeitamos também a CCT 2025/2026 da categoria conforme Registro no MTE RJ001061/2025 do Sindicato das Emp. Asseio e Cons. Estado do Rio de Janeiro.

No mês de abril de 2019 foi exarado Laudo Técnico Ambiental por profissional qualificado, atestando que o INT possui condições de trabalho que sujeitam à exposição de riscos a produtos perigosos ou insalubres, fazendo assim necessário prever na proposta das Licitantes, o pagamento de adicional de periculosidade no percentual de 30% ou de adicional de insalubridade no percentual variável previsto em Lei, o que ocorrerá mediante apresentação de Laudo Técnico específico contratado pela empresa vencedora da licitação, no início da execução do contrato, após avaliar as condições ambientais nos locais em que os profissionais terceirizados desenvolverão suas atividades laborais, de modo a auferir o adicional de risco.

Um dos itens que compõe a estimativa de preço e que merece um destaque especial desse instituto é o **vale-transporte** que está entre os direitos incontestáveis conquistados pelo trabalhador brasileiro. Ele propõe que o colaborador vá ao trabalho tendo suas despesas de deslocamento compartilhadas com o empregador. A princípio, aderir ao pagamento do **provento** era facultativo. Entretanto, pouco tempo depois, sua concessão passou a ser obrigatória a todos os trabalhadores brasileiros dos meios urbano e rural, estejam eles integrando o quadro de funcionários de uma empresa de forma fixa ou temporária. Nesse estudo foi considerado o valor único da tarifa de ônibus a R\$ 4,70.

8.1. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO OU MEDIÇÃO DE RESULTADO

Abaixo estão descritos os critérios e indicadores que fazem parte do escopo do serviço de limpeza e conservação a ser realizado nas dependências do INT. Também estão informados os resultados esperados pela execução desses serviços e que podem ser utilizados como meio de avaliação da adequabilidade da prestação deles.

Indicador							
01– Nível de Satisfação dos Serviços Prestados							
Item	Descrição						
Finalidade	Garantir a qualidade dos serviços prestados						
Meta a cumprir	Nível de satisfação de 85%						
Instrumento de medição	Relatório de acompanhamento dos serviços						
Forma de acompanhamento	Análise dos serviços prestados a partir do preenchimento dos relatórios mensais pelos colaboradores e compilados pela fiscalização do contrato.						
Periodicidade	Mensal						
Mecanismo de cálculo e faixas de ajuste no pagamento	<p>As respostas fornecidas no relatório serão pontuadas através do seguinte critério:</p> <p>Conformidades: 1 ponto</p> <p>Inconformidade: 0 ponto</p> <p>O relatório é composto de 29 critérios de avaliação, além daqueles que possam ser acrescidos ao contrato, dispostos com as opções SIM, NÃO e NÃO APLICAVEL, correspondentes, respectivamente a conformidade, inconformidade e não avaliados.</p> <table border="1"> <tr> <td colspan="2">Resultado da Avaliação</td></tr> <tr> <td>Conformidades (opção SIM)</td><td>25</td></tr> <tr> <td></td><td></td></tr> </table>	Resultado da Avaliação		Conformidades (opção SIM)	25		
Resultado da Avaliação							
Conformidades (opção SIM)	25						

	Inconformidades (opção NÃO)	2
	Não avaliados (opção NÃO APLICÁVEL)	2
	Pontos Possíveis (Conformidade + Inconformidades)	27
	Nota: [(pontos possíveis – inconformidades) / pontos possíveis]*100	$92,59\% = \frac{27 - 2}{27} \times 100$
	<p>TABELA PARA AFERIÇÃO DO ÍNDICE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS</p> <p>Acima de 85% de Conformidade - Não há desconto;</p> <p>80% < P <= 85% de satisfação - Haverá desconto de 0,5% (meio por cento) sobre o valor mensal dos postos alocados no INT;</p> <p>75% < P <= 80% de satisfação - Haverá desconto de 1% (um por cento) sobre o valor mensal dos postos alocados no INT;</p> <p>70% < P <= 75% de satisfação - Haverá desconto de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor mensal dos postos alocados no INT;</p> <p>P <= 70% de satisfação - Haverá desconto de 2% (dois por cento) sobre o valor mensal dos postos alocados no INT.</p>	
Início de vigência	60 dias após o início do contrato	
Sanções	A partir da última faixa de ajuste, serão aplicadas as penalidades previstas no contrato.	
Observações	Os descontos decorrentes da adequação às metas fixadas neste IMR não excluem as sanções previstas no contrato.	

O relatório da avaliação está em anexo, apresentando os pontos considerados e incluindo a documentação correspondente. Caso a meta não seja cumprida, o relatório de avaliação será enviado à empresa com prazo aberto para manifestação.

As eventuais justificativas às falhas apontadas devem ser encaminhadas pela CONTRATADA ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Dirimidas as dúvidas, o fiscal do contrato formaliza o resultado final obtido ajustando o valor da medição ao ANS/IMR obtido. Com isso, se obtém o valor da fatura e autoriza a CONTRATADA a emitir a Nota Fiscal de seus serviços.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento refere-se ao objeto a ser licitado e representa a sua divisão no maior número de parcelas possíveis que, se forem viáveis técnica e economicamente, com vistas à ampliação da competitividade. Trata-se de obrigação disposta no art. 47, §1º, da Lei n. 14.133/2021.

Ainda que a redação da Súmula 247 do TCU fale em obrigatoriedade de parcelamento do objeto da contratação em quantas parcelas sejam possíveis, esta equipe de Planejamento considerou os diversos aspectos de uma contratação por itens e a contratação dos serviços em item único, sem parcelamento do seu objeto e, identificou que:

1. Ao se contratar uma única empresa para gerir todo o serviço de conservação e limpeza, a Administração terá que administrar somente um contrato com um preposto, podendo ser gerido por apenas um servidor de forma muito mais eficiente e assertiva;
2. Ao se contratar uma única empresa que forneça também os materiais de limpeza e equipamentos, não haverá a deselegância de que uma das empresas venha a se conflitar com a outra por motivos diversos (materiais de baixa qualidade, equipamentos deficitários, profissionais desqualificados para uso dos materiais, dentre outras);
3. A economia de escala se dará no momento em que haverá mais empresas interessadas em participar do certame, já que o valor do contrato se tornará mais atraente para o mercado.

Portanto esta Equipe de Planejamento considera com base no exposto que o não parcelamento dos serviços de limpeza e conservação com fornecimento de materiais atende plenamente aos pressupostos de economicidade para a Administração.

Menor Preço Global

Com base no exposto do não parcelamento do objeto, esta Equipe de Planejamento definiu que a licitação para a contratação dos Serviços de Limpeza e Conservação com o fornecimento de materiais, deve se realizar pelo menor Preço Global, desde que a empresa apresente suas planilhas de composição de custos e que os cálculos ali informados se mostrem exequíveis, conforme planilha de custos unitários para embasamento da contratação pleiteada pelo INT.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz imprescindível a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está amparada no Planejamento Estratégico do INT ao permitir uma atuação administrativa e laboratorial mais eficiente e universal:

- na *perspectiva perante os processos internos* ao criar condições para o desenvolvimento dos serviços administrativos e laboratoriais a partir das condições do ambiente laboral e
- na *perspectiva dos recursos* ao promover a melhoria de ambiente para a gestão das pessoas, qualidade de vida, na saúde dos colaboradores e no aprimoramento da gestão de recursos.

A contratação dos serviços de limpeza e conservação está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2025.

Por fim, na futura contratação pretende-se uma redução dos atuais gastos realizados com o serviço de limpeza e conservação do INT, conforme regra de contingenciamento de despesas determinado pelo governo Federal.

Não se pode esquecer que a presente contratação está totalmente compatibilizada com as Reuniões Internas existentes entre a Divisão de Administração Predial e a Coordenação Geral do INT.

12. Resultados Pretendidos

Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

- Otimização da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto fiscalização de contratos.
- Melhoria crescente da satisfação interna e externa sobre os serviços de limpeza e conservação;.
- Diminuição de percalços e incumprimentos contratuais ocasionados pela empresa contratada.
- Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

- Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta instituição.
- Garantir a boa execução dos serviços de limpeza e higienização, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.
- Reduzir os custos operacionais com a aquisição de materiais, com o armazenamento e controle.

13. Providências a serem Adotadas

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços.

Contudo, faz-se necessário a capacitação de servidores, em especial os que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato, adequando seus conhecimentos a este novo modelo que além da fiscalização direta do servidor, também insere a fiscalização do público usuário dos serviços como parâmetro para medição da qualidade do que está sendo prestado, além de propiciar o conhecimento necessário a estes para que consigam realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do contrato e quando de cada renovação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Embora o INT tenha um Plano de Logística Sustentável, tenha contratos para descarte ambientalmente corretos com certificação para resíduos sólidos e esteja sempre buscando melhorar as condições internas de segurança no trabalho e de convivência dentro da instituição, esse é um trabalho diário e sempre há algo a fazer e os trabalhadores da empresa contratada podem não se engajar no modelo de gestão sustentável adotado no INT.

Dentro dos requisitos de contratação, elencamos vários itens que a empresa contratada deve fazer uso ao realizar os serviços de Limpeza e Conservação dentro do INT. Solicitamos que sejam utilizados materiais biodegradáveis, de baixo impacto ambiental dentre outros. Para que efetivamente sejam cumpridos, será necessário um acompanhamento do fiscal do contrato a fim de que verifique se os materiais são mesmo biodegradáveis e ainda assim se são usados de forma efetiva e sem desperdício pelos trabalhadores da empresa contratada.

Caso os materiais sejam também de baixa qualidade e ineficientes, eles não produzirão a limpeza esperada o que poderá trazer além de baixa sensação de limpeza, a proliferação de agentes nocivos à saúde.

Com a participação efetiva de todos os colaboradores do INT avaliando a prestação dos serviços, o trabalho do fiscal do Contrato será facilitado e assim todos serão beneficiados por coabitarmos um ambiente limpo e asseado livre de agentes causadores de alergias e, sem contaminação ou com baixo risco ao meio ambiente.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIANO DOS SANTOS MIGON

Técnico em Ciência e Tecnologia



Assinou eletronicamente em 17/07/2025 às 13:49:25.

IGOR RICHARDT KALL

Analista em Ciência e Tecnologia

MONICA EUGENIO DA SILVA

Assistente em Ciência e Tecnologia

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Produtividade.pdf (445.21 KB)
- Anexo II - Relatório de avaliação.pdf (572.41 KB)

Especificação das Áreas		Área m² (1)	Periodicidade de Limpeza (2)		Jornada de Trabalho no Mensal 4,29 x 44h (3)	Jornada de Trabalho em horas	INT Produtividade m² (4)	INT Quantidade de ASG (1)/(4)*(2)	INT Quantidade de encarregado	Produtividade IN 05/2017 m²	IN 05/17 Quantidade de ASG Máx. m²	IN 05/17 Quantidade de ASG Min. m²	IN 05/17 Quantidade de Encarregado Máx. m²	IN 05/17 Quantidade de Encarregado Min. m²
Área Interna	Piso acarpetado	421,89	1x dia	1,000	188,76	0,005298	1000	0,422	0,021	800 a 1.200 m²	0,527	0,352	0,026	0,018
	Piso frio	10029,33	1x dia	1,000	188,76	0,005298	1000	10,029	0,501	800 a 1.200 m²	12,537	8,358	0,627	0,418
	Laboratório	3893,92	8x mês	0,364	188,76	0,005298	405	3,496	0,175	360 a 450 m²	3,933	3,147	0,197	0,157
	Almoxarifado / galpões	365,72	1x dia	1,000	188,76	0,005298	2000	0,183	0,009	1500 a 2.500 m²	0,244	0,146	0,012	0,007
	Oficina	72,24	1x mês	0,045	188,76	0,005298	1500	0,002	0,000	1200 a 1.800 m²	0,003	0,002	0,000	0,000
	Áreas com espaço livres (saguão, hall e salão)	362,95	1x dia	1,000	188,76	0,005298	1250	0,290	0,015	1000 a 1.500 m²	0,363	0,242	0,018	0,012
	Banheiros	432,64	2x dia	2,000	188,76	0,005298	250	3,461	0,173	200 a 300 m²	4,326	2,884	0,216	0,144
	TOTAL ÁREA INTERNA (1)	15578,69						17,88	0,89		21,93	15,13	1,10	0,76
Área Externa	Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações	942	1x dia	1,000	188,76	0,005298	2250	0,419	0,021	1800 a 2.700 m²	0,523	0,349	0,026	0,017
	Varrição de passeios e arruamentos	1157	1x dia	1,000	188,76	0,005298	7500	0,154	0,008	6000 a 9.000 m²	0,193	0,129	0,010	0,006
	Pátio e estacionamento com baixa frequência	880	1x dia	1,000	188,76	0,005298	2250	0,391	0,020	1800 a 2.700 m²	0,489	0,326	0,024	0,016
	TOTAL ÁREA EXTERNA (2)	2979						0,96	0,05		1,21	0,80	0,06	0,04
Esquadria	Face externa sem exposição a risco (8º pavimento e portaria)	182,70	1x dia	1,000	188,76	0,005298	340	0,537	0,027	300 a 380 m²	0,609	0,481	0,030	0,024
	Face interna	1245,61	1x mês	0,045	188,76	0,005298	340	0,167	0,008	300 a 380 m²	0,189	0,149	0,009	0,007
	TOTAL ESQUADRIA S/RISCO (3)	1428,31						0,70	0,04		0,80	0,63	0,04	0,03
TOTAL (1+2+3)		19986						20,00	0,98		23,94	16,56	1,20	0,83

Modelo de Formulário de Acompanhamento da Execução do Serviço de Limpeza e Conservação

Mês/Ano avaliado: _____

1. Quanto à qualidade dos serviços prestados:				
1.1. Área Interna:		SIM	NÃO	NÃO APLICÁVEL
Área Interna	Pisos e rodapés. Limpos, sem resíduos, sujidades, rodapés sem acúmulo de resíduos.			
	Paredes, portas e teto. Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.			
	Lixeiras. Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, sem exalar mau cheiro, providas de sacos próprios para lixo e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.			
	Mobiliário. Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.			
	Equipamentos. Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.			
	Tapetes. Limpos, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.			
	Corrimão. Limpos, sem resíduos, sem sujidades e desgordurados.			
	Persianas. Limpas, sem poeira, resíduos e sujidades e lustrado, quando couber.			
	Áreas de Circulação. Limpas, sem resíduos, sujidades, rodapés sem acúmulo de resíduos.			
	Janelas e Esquadrias. Limpas, sem poeira, resíduos e marcas de sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha.			
Atendimento a chamados. Atendimento aos chamados abertos no prazo de 15 minutos para início do atendimento.				
Total (somatório dos itens assinalados sim/não)				

Justificativa (**Todas as opções negativas deverão ser justificadas**):

1.2. Banheiros:		SIM	NÃO	NÃO APLICÁVEL
Área Interna	Pisos e rodapés. Limpos, sem resíduos, sujidades, rodapés sem acúmulo de resíduos.			
	Paredes, portas e teto. Limpos, sem resíduos, sujidades, sem marcas, com aspecto uniforme de limpeza, livre de teias de aranha ou outros resíduos e sujidades.			
	Lixeiras. Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, sem exalar mau cheiro, providas de sacos próprios para lixo e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.			
	Sanitários e mictórios. Limpos, sem resíduos, higienizado e sem sujidades aparentes e com o tampo e assento secos.			
	Pias e balcões. Limpos, sem resíduos, sem sujidades aparentes, sem acúmulo excessivo de água, ralos sem obstrução ou acúmulo de resíduos.			
	Espelhos. Limpos, sem resíduos, higienizado e sem sujidades aparentes, sem manchas ou impressões digitais.			
	Metais (corrimão, maçanetas, barras de apoio, saboneteiras etc.). Limpos, sem resíduos, higienizado, sem sujidades e desengordurados.			
	Consumíveis (papel higiênico, papel toalha, sabonete líquido etc.). Disponibilidade do material em quantidade suficiente para uso de modo que não venha a frustrar eventual necessidade dos usuários quando demandado.			
	Janelas e esquadrias (faces internas). Limpos, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha.			
	Atendimento a chamados. Atendimento aos chamados abertos no prazo de 15 minutos para início do atendimento.			
Total (somatório dos itens assinalados sim/não)				

Justificativa (**Todas as opções negativas deverão ser justificadas**):

1.3. Área Externa:		SIM	NÃO	NÃO APLICÁVEL
Área Externa	Calçadas. Limpas, sem resíduos de terra, folhagens, papéis, bitucas de cigarro e outros detritos e sem matos entre as fendas.			
	Pátios. Limpas, sem resíduos de terra, folhagens, papéis, bitucas de cigarro e outros detritos e sem matos entre as fendas.			
	Lixeiras. Limpas externamente, sem resíduos ou sujidades, sem exalar mau cheiro, providas de sacos próprios para lixo e com preenchimento sempre abaixo de sua capacidade máxima.			
	Área de Garagem. Limpas, sem resíduos de terra, folhagens, papéis, bitucas de cigarro e outros detritos.			
	Ferramentas. As ferramentas, utensílios e mangueiras devem ser guardadas em local adequado após o uso.			
	Corrimão. Limpas, sem resíduos, sem sujidades e desengordurados.			
	Janelas, esquadrias e fachada (face externa). Limpas, sem resíduos, marcas e sujidades aparentes e esquadrias sem teias de aranha.			
	Atendimento a chamados. Atendimento aos chamados abertos no prazo de 15 minutos para início do atendimento.			
Total (somatório dos itens assinalados sim/não)				

Justificativa (**Todas as opções negativas deverão ser justificadas**):

Resultado da avaliação	
Conformidades (opção SIM)	
Inconformidades (opção NÃO)	
Não avaliados (Opção Não aplicável)	
Pontos Possíveis (conformidades + inconformidades)	

Nota Final $[(\text{pontos possíveis} - \text{inconformidades}) / \text{pontos possíveis}] * 100$	
---	--

MINUTA DE
TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO
E CONTRATAÇÃO DIRETA



(Processo Administrativo nº 01240.000092/2025-24)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03.0xx.00/20xx,
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - INT, E

.....

A União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, representado pelo INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA, órgão da Administração Pública Federal Direta, com sede na Avenida Venezuela 82, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.081-312, inscrito no CNPJ sob o nº 01.263.896/0004-07, neste ato representado pela Diretora Marcia Gomes de Oliveira, nomeada pela Portaria nº 222, de 21/02/2025, publicada no DOU de 24/02/2025, Seção 2, página 1, portadora da Matrícula Funcional nº 1361334, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] **OU** [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 01240.000092/2025-24 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contínuos de Limpeza e Conservação, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e com fornecimento de materiais, uniformes, utensílios, equipamentos e EPI's, nas condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Tipo de Serviço (A)	Grupo	Valor Proposto por Empregado (B)	Qtde. de Empregados por Posto (C)	Valor Proposto po Posto (D) = (B x C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Mensal dos Postos (F) = (D x E)	Valor Máximo Anual dos Postos (G) = (F x 12)
I	Posto de trabalho de Encarregado de Limpeza - CBO 4101-05 CATSERV 25623	I	R\$ 9.244,92	1	R\$ 9.244,92	1	R\$ 9.244,92	R\$ 110.939,04
II	Posto de trabalho de Auxiliar de Serviços Gerais CBO 5143-20 CATSERV 25194	I	R\$ 7.111,74	20	R\$ 142.234,80	1	R\$ 142.234,80	R\$ 1.706.817,60
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS							R\$ 151.479,72	
VALOR MÁXIMO ANUAL DOS SERVIÇOS								R\$ 1.817.756,64
VALOR MÁXIMO GLOBAL DOS SERVIÇOS (5 ANOS)								R\$ 9.088.783,20

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **5 anos** contados da data da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.3. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).
- 2.4. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
- 2.8. Sujeitando-se o CONTRATADO ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 151.479,72 (cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e dois centavos), totalizando o valor anual de R\$ 1.817.756,64 (um milhão, oitocentos e dezessete mil, setecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) *e perfazendo o valor total para 5 anos de R\$ 9.088.783,20* (nove milhões, oitenta e oito mil, setecentos e oitenta e três reais e vinte centavos).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- 6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, inclusive quanto à utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1. As regras acerca da repactuação dos preços contratados são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.2.0.1. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.2.0.2. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.2.0.3. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.2.0.4. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.2.1. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.2.2. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.2.2.1. A Administração terá o prazo de *30 dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.2.3. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *30 dias*;

- 8.2.4. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.2.5. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2.6. *Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.*
- 8.2.7. *Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.*
- 8.2.8. *Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.*
- 8.2.9. *Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.*
- 8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*
- 9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.
- 9.6. *Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.*
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- 9.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.10. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.17. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.18. *Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.*

9.19. *Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.*

9.20. *Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.*

9.21. *Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.*

9.22. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.23. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.24. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.25. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- 9.26. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.27. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.28. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.29. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.30. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.31. Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;
- 9.32. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.32.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.33. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.34. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.35. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.36. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.37. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.38. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.39. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.40. *Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.*
- 9.41. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.42. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.43. *Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.*

- 9.44. *Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.*
- 9.45. *Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.*
- 9.46. *Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:*
- 9.46.1. *manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*
- 9.46.2. *supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;*
- 9.46.3. *florestas plantadas; e*
- 9.46.4. *outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.*
- 9.47. *Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4°, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:*
- 9.47.1. *Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;*
- 9.47.2. *Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;*
- 9.47.3. *Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n° 6.938, de 1981, e legislação correlata;*
- 9.47.4. *Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria n° 253, de 18/08 /2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n° 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e*
- 9.47.5. *Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.*
- 9.48. *Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, §§ 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:*
- 9.49. *O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.*
- 9.50. *Nos termos dos artigos 3° e 10° da Resolução CONAMA n° 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:*
- 9.50.1. *resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de*

material para usos futuros.

9.50.2. *resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.*

9.50.3. *resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.*

9.50.4. *resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.*

9.51. *Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.*

9.52. *Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.*

9.53. *Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:*

9.53.1. *Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.*

9.53.2. *Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 08/03/90, e legislação correlata.*

9.54. *Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.*

9.55. *Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.*

9.56. *Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após o aceite do instrumento equivalente, o Contratado deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor, o fiscal técnico, o fiscal administrativo, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.*

9.57. *Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;*

9.58. *Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;*

- 9.59. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 9.60. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 9.61. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 9.62. Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 9.63. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 9.64. Realizar o planejamento das férias dos colaboradores terceirizados, desde o início do contrato administrativo, a fim de viabilizar a previsibilidade das férias, estabelecida no inciso I do art. 3º do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, e permitir o acompanhamento pela fiscalização do contrato, observando integralmente o disposto na Instrução Normativa Seges/MGI nº 213, de 29 de maio de 2025;
- 9.65. Desenvolver e implementar políticas institucionais de enfrentamento do assédio e da discriminação em suas relações de trabalho e na sua gestão, observando as diretrizes estabelecidas na Portaria MGI nº 6.719, de 13 de setembro de 2024, e promovendo práticas respeitadas e humanizadas no ambiente laboral;
- 9.66. Implementar ações de formação e capacitação para todas as suas empregadas e empregados sobre prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação, garantindo ambiente de trabalho seguro e respeitoso;
- 9.67. Estabelecer canais de denúncia e procedimentos claros para recebimento, apuração e tratamento de casos de assédio e discriminação, assegurando a proteção dos denunciante contra retaliações;
- 9.68. Promover a divulgação das políticas de combate ao assédio e discriminação para todos os trabalhadores alocados na execução contratual, mediante campanhas educativas e informativos específicos;
- 9.69. Apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, relatórios sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados na implementação das políticas de enfrentamento ao assédio e discriminação;
- 9.70. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ocorrência de assédio ou discriminação envolvendo trabalhadores alocados na execução contratual, informando as medidas adotadas para apuração e correção;
- 9.71. Garantir que as políticas de combate ao assédio e discriminação sejam extensivas a eventuais subcontratados, quando permitida a subcontratação.
- 9.72. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;
- 9.73. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

9.74. Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.75. Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

9.76. Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

9.77. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.77.1. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

9.77.2. Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9.78. Considerando que se trata de contrato com número inferior a vinte e cinco colaboradores, a previsão do percentual para o emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica será de **0%** (zero por cento).

9.78.1. As vagas serão destinadas às mulheres indicadas pelas unidades responsáveis pela política pública, signatárias do acordo de adesão de que trata o art. 4º do Decreto nº 11.430, de 2023, vedada a exigência, pelas empresas contratadas e pelos órgãos contratantes, de apresentação, pelas candidatas, de quaisquer outros documentos para fins de comprovação da situação de violência.

9.78.2. Sempre que houver um desligamento, o CONTRATADO deverá buscar atender ao percentual mínimo de **0%** (zero por cento) com a nova contratação.

9.78.3. Se não houver mulheres elegíveis em número suficiente para preencher as vagas reservadas, a empresa poderá contratar livremente.

9.78.4. Para cálculo do percentual de vagas reservadas serão considerados todos os empregados alocados no contrato, incluindo folguistas e substitutos.

9.78.5. O percentual de mão-de-obra de que trata este item deverá ser mantido durante toda a execução contratual, ressalvado o subitem 9.78.3.

9.78.6. O CONTRATADO deve manter o sigilo da condição de violência doméstica da profissional que será alocada para a prestação do serviço.

9.79. Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

10. CLAÚSULA DÉCIMA - DA COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

10.1. A compensação de jornada dos trabalhadores do CONTRATADO alocados à execução contratual em regime de dedicação exclusiva, quando compatível com a natureza dos serviços prestados, será realizada de acordo com as regras constantes do Decreto n.º 12.174, de 11 de setembro de 2024, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, e do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. *Será exigida a prestação de garantia na presente contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, no valor de R\$ 454.439,16 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e nove reais e dezesseis*

centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, conforme Termo de Referência.

12.2. *Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.*

12.2.1. *A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.*

12.2.2. *Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.*

12.2.3. *A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.*

12.2.4. *Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.*

12.2.5. *Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.*

12.3. *Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.*

12.4. *Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.*

12.5. *No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.*

12.6. *Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.*

12.6.1. *O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).*

12.7. *A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:*

12.7.1. *prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;*

12.7.2. *multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e*

12.7.3. *obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.*

12.8. *Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.*

12.9. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período,*

contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.10. *Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.*

12.11. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.*

12.12. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*

12.12.1. *O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

12.13. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.*

12.14. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*

12.14.1. *A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.*

12.14.2. *A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.*

12.15. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

12.15.1. *Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;*

12.15.2. *Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;*

12.15.3. *Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.*

12.16. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.*

12.17. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

12.18. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.*

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.9.3. Das indenizações e multas.

14.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.11. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

14.12. O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

14.13. Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

14.14. Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

14.14.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

14.14.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

14.15. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

14.16. O CONTRATANTE poderá ainda:

14.16.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

14.16.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

14.17. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.18. O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

15.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I - Gestão/unidade: 00001/240104;

II - Fonte de recursos: [...];

III - Programa de trabalho: [...];

IV - Elemento de despesa: 3390.37.02 – Serviços de limpeza e conservação; e

V - Plano interno: [...]; e

VI - Nota de empenho: [...];

16.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal *no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro/RJ* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, 12 de Fevereiro de 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA - INT

Marcia Gomes de Oliveira

Diretora

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Contrato – Licitação e Contratação Direta - Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Igor Richardt Kall, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 12/02/2026, às 11:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcti.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **13518388** e o código CRC **19C3872B**.